

Recibo de Transmissão

Código do Recibo: 8152  
Data da Entrega: 30/07/2021  
Unidade Gestora: 009228 - SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E  
CONTROLE  
Período: SEGUNDO TRIMESTRE Ano de Referência: 2021  
Tipo: RELATORIO E CERTIFICADO DO CONTROLE INTERNO  
Responsável: 65238753500

---

Emitido em: 30/07/2021



**GOVERNO DE SERGIPE**

**SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E  
CONTROLE - SETC**

# **Relatório de Atividades do Controle Interno Estadual**

## **2º Trimestre 2021**

Aracaju/SE

Julho/2021

## **EXPEDIENTE**

**Belivaldo Chagas Silva**  
Governador do Estado de Sergipe

**Alexandre Brito de Figueiredo**  
Secretário de Estado da Transparência e Controle

**Sheila Feitosa Macedo**  
Superintendente Executiva

**Elder Sandes Vieira**  
Ouvidoria-Geral

**José Ney Marinho**  
Assessor-Geral para Assuntos Técnicos e Administrativos

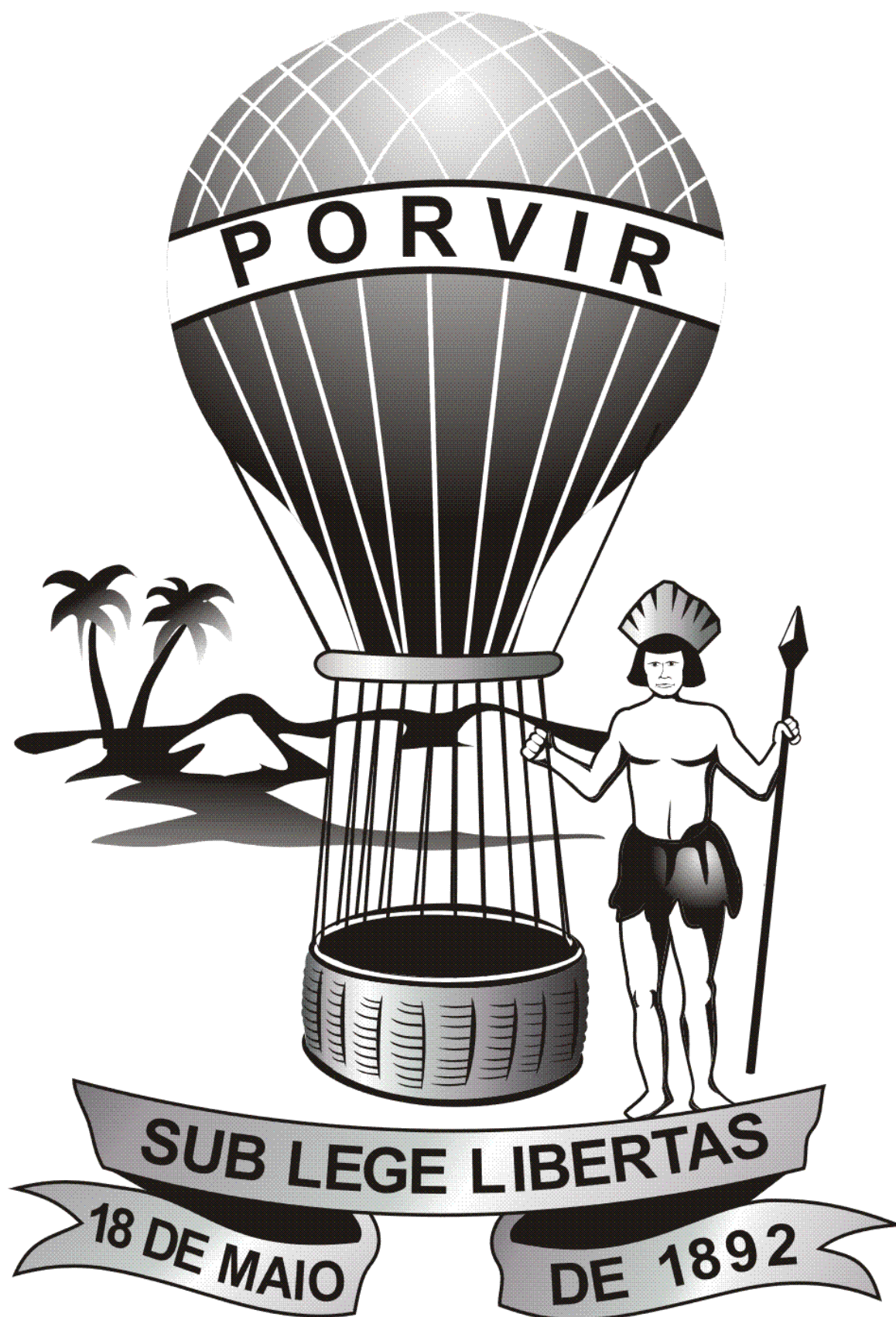
**Rafael Santos Pereira**  
Diretor da Coordenadoria da Administração Direta

**Fernando Gomes de Miranda**  
Gestão Estratégica

**José de Oliveira Santos**  
Gestão Interna

## **SUMÁRIO**

- 1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**
  - 1.1 A INSTITUIÇÃO**
  - 1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS**
  - 1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA**
  - 1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL**
- 2. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS**
  - 2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL**
    - 2.1.1 Orientações Técnicas
  - 2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL**
    - 2.2.1 Monitoramento das Contas do Governo
      - 2.2.1.1 Do Orçamento
      - 2.2.1.2 Da Execução Orçamentária e Financeira
      - 2.2.1.3 Análise da Execução Orçamentária e Financeira
      - 2.2.1.4 Recursos no Enfrentamento à COVID-19
    - 2.2.2 Regularidade Fiscal do Estado
  - 2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL**
    - 2.3.1 Auditorias de Contas Anuais
    - 2.3.2 Auditorias Especiais
    - 2.3.3 Tomada de Contas Especial
  - 2.4 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO**
    - 2.4.1 Transparência Ativa
    - 2.4.2 Transparência Passiva
  - 2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE**
    - 2.5.1 Apresentação
    - 2.5.2 Atividades Desempenhadas
  - 2.6 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL**
    - 2.6.1 Execução do Sistema de Controle Interno da Secretaria de Estado da Transparência Controle - SETC
      - 2.6.1.1 Auditoria interna nos processos de pagamentos da SETC
      - 2.6.1.2 Fomentar e aderir ao Programa Nacional de Combate à Corrupção
      - 2.6.1.3 Criação de grupo de trabalho para elaborar regulamentos, normativos, cartilhas, manuais relacionados às atividades de controle interno
- 3. GESTÃO DA SETC**
  - 3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2020**
  - 3.2 PESSOAL E ENCARGOS**
  - 3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS**
  - 3.4 TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO**
    - 3.4.1 Área de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas
    - 3.4.2 Área de Suporte e Infraestrutura
    - 3.4.3 Área de Avaliação e Monitoramento de Portais da Transparência
  - 3.5 OUVIDORIA SETORIAL**



# 1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

## 1.1 A INSTITUIÇÃO

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, inscrita no CNPJ nº. 13.128.798/0009-50, é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com sede na Rua Vila Cristina, nº. 1.051, no Bairro 13 de Julho, na cidade de Aracaju/SE.

Faz-se mister registrar, preliminarmente, que a Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC teve sua origem na Controladoria-Geral do Estado, instituída nos termos das Leis Estaduais nº. 3.630/1995 e 7.950/2014, que por sua vez surgiu da Auditoria-Geral do Estado, criada pelo Decreto Estadual nº. 5.819, de 28 de julho de 1983, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

A partir da Constituição Estadual de 1989, a Auditoria-Geral do Estado foi transformada em Controladoria-Geral do Estado de Sergipe - CGE/SE, por meio das Leis Estaduais nº. 3.591/1995 e nº. 3.630/1995, que por sua vez tronou-se a Secretaria de Estado da Transparência e Controle por meio da Lei Estadual nº. 8.496/2018, enquanto órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual.

## 1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS DA SETC

De acordo com as disposições do art. 67 da Constituição Estadual, compete à Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do sistema de controle interno, o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade e aos demais princípios que regem a administração pública, bem como a aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à proteção do patrimônio público do Estado de Sergipe.

Além disso, nos termos do Art. 11 da Lei nº. 8.496, de 28 de Dezembro de 2018, compete à SETC:

- ✓ a orientação, o acompanhamento e a proteção da gestão estadual;
- ✓ o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e demais princípios que regem a administração pública, e da

- aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à salvaguarda do erário e do patrimônio público do Estado;
- ✓ a verificação da exatidão e regularidade das contas dos órgãos e entidades do Poder Executivo e a adequada execução do orçamento;
  - ✓ o incremento da transparência da gestão pública estadual;
  - ✓ a supervisão e o controle da regularidade fiscal da Administração Pública Estadual junto ao Cadastro Único de Convênios (CAUC/STN);
  - ✓ a prevenção e o combate à improbidade administrativa e às demais formas de irregularidades administrativas, no âmbito da Administração Pública Estadual;
  - ✓ auxiliar no aperfeiçoamento da gestão pública;
  - ✓ formular, coordenar e fomentar a implementação de programas e projetos voltados à prevenção da corrupção e à promoção da transparência;
  - ✓ zelar pelo controle social na administração pública;
  - ✓ contribuir para a evolução da qualidade na aplicação dos recursos em benefícios da sociedade;
  - ✓ fomentar e supervisionar as atividades da Ouvidoria-Geral do Estado;
  - ✓ a realização de outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos das respectivas normas legais e/ou regulamentares.

### **1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA**

Conforme determinação do artigo 74, da Constituição Federal de 1988, cabe ao Controle Interno:

*“I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;*

*II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;*

*III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;*

*IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.”*

Na busca de cumprir adequadamente todas essas atribuições e contribuir efetivamente para a melhoria da gestão das políticas públicas, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, vem aperfeiçoando continuamente a sua atuação.

## 1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL



### **Missão**

*Orientar e acompanhar a gestão governamental para alcançar a efetividade das políticas públicas e exercer o controle interno para proteger o patrimônio público e assegurar a prevalência dos interesses da sociedade.*

### **Visão Estratégica**

*Ser reconhecida pela sociedade e pelos gestores estaduais como referência de Controle Interno da Administração Pública.*



### **Valores**

*Ética e Transparência na Administração Pública;  
Participação Popular e Controle Social da Gestão;  
Prevalência do Interesse Público;  
Responsabilidade Fiscal e Socioambiental;  
Transversalidade da Gestão.*

## **2. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS**

### **2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL**

Em cumprimento à missão institucional de orientar a gestão governamental, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, durante o 2º trimestre de 2021, realizou diversas atividades de orientação aos gestores e técnicos dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, cujos resultados estão sintetizados a seguir:

#### **2.1.1 ORIENTAÇÕES TÉCNICAS**

As Orientações Técnicas são emitidas por meio de instrumentos administrativos elaborados por técnicos, emitido pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, e têm o propósito de avaliar e promover orientação técnica e normativa, bem como recomendar à adequação dos controles internos e de gestão no âmbito dos Órgãos e das Entidades que compõem o Poder Executivo Estadual.

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, no exercício de suas atribuições, utilizando o controle interno como principal ferramenta para proteger o patrimônio público estadual e evitar eventuais danos ao Erário, através da sua Assessoria Técnica e Jurídica, examinou demandas internas e externas, e demais matérias de competência desta Casa de Controle Interno.

O Controle Interno é o viés que a Administração Pública possui para verificar a regularidade e a legalidade de seus próprios atos, e saber se os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público, dentre outros, foram respeitados, inclusive, avaliando a conveniência administrativa do ato praticado.

Nesse sentido, no período de abril a junho, destacaram-se os trabalhos relacionados a seguir:

#### **(NOTA TÉCNICA 01)**

**ASSUNTO:** Trata-se de requerimento encaminhado pelo Setor de Tecnologia desta Secretaria, o qual solicita análise de material para elaboração de instrução normativa que regulamento procedimentos e rotinas a serem observados e inseridos dados no Portal de Transparência desta Secretaria de Estado da Transparência e Controle.

**CONCLUSÃO:**

- 1º a adequação do título do documento que deve passar a se chamar “Instrução Normativa”.
  - 2º no artigo 5º, V, fazer referência a Lei ESTADUAL e citar data de publicação da lei.
  - 3º quanto a referência trazida no inciso VI do art. 5º, a expressão correta é “parágrafo”, e, ainda, a normatização do processo administrativo que é regido pela Lei 9.784 de 29 Janeiro de 1999.
  - 4º sugestão de inclusão de um artigo entre os 5 e 6 que traria a estrutura das comissões internas da SETC.
  - 5º reorganização da numeração dos artigos, ante a inserção de um novo artigo 5º.
  - 6º o título” As Disposições Preliminares” poderiam vir dispostos após o capítulo “dos Conceitos”.
  - 7º a inclusão do dispositivo “Lei Federal” em referência a leis de iniciativa da União.
  - 8º ver necessidade da observação após alínea g) do art. 9º.
  - 9º da ausência de necessidade do parêntese contido no art. 9º par. único.
  - 10º da criação de um novo capítulo “das despesas”.
  - 11º a transformação de incisos para alíneas 9º, V.
  - 12º a substituição do inciso VII do art. 9º, por “VII- Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistema (NTM) que terá as atribuições:” e inclusão de alíneas.
  - 13º a inclusão do inciso VII do mesmo artigo.
- SMJ.

**(TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA -02)**

**ASSUNTO:** Trata-se de consulta encaminhada por meio de Ofício nº. 30/2021-DPE da Defensoria Pública do Estado de Sergipe-DPE o qual solicita a confecção de novo Termo de Cooperação Técnica entre esta Secretaria da Transparência e Controle-SETC com o órgão solicitante, tendo em vista que o prazo de validade do primeiro já expirou.

**CONCLUSÃO:** Considerando que o pedido formulado pela Defensoria Pública do Estado de Sergipe-DPE trata-se de confecção de NOVO Termo de Cooperação Técnica com seus efeitos legais, tendo em vista que atividades previstas no TCT, não acarretam ônus financeiro as partes, razão pela qual não se consignará dotação orçamentária específica, opino pelo **DEFERIMENTO** da confecção do presente Termo.

**RELATÓRIO SESSÃO PLENÁRIA – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE – TCE - SEMPRE ÀS QUINTAS-FEIRAS – MODALIDADE ONLINE EM VIRTUDE DO DISTANCIAMENTO SOCIAL PROVOCADO PELA COVID-19**

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:** Avaliação de Órgãos e Entidades Estaduais, prestação de contas de Prefeituras e Câmara Municipais, recursos impetrados e assuntos gerais. Foram acompanhadas as sessões de julgamento realizadas no segundo trimestre de 2021, sendo julgados 19 processos no âmbito da Administração Estadual.

## **2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL**

### **2.2.1 MONITORAMENTO DAS CONTAS DO GOVERNO**

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, no cumprimento das ações de orientação e acompanhamento das ações governamentais, durante o **segundo trimestre de 2021**, observou dados e informações registradas no sistema de contabilidade e gestão do Estado – i-gesp, pelas Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta, no tocante à execução orçamentária consolidada, que permitem avaliar a evolução da execução das receitas e despesas, com o objetivo de gerar informações estratégicas para orientar e subsidiar a tomada de decisão governamental.

#### **2.2.1.1 DO ORÇAMENTO**

O orçamento para o exercício de 2021 foi aprovado pela Lei nº 8.819, de 14 de janeiro de 2021, alocando recursos da ordem de R\$ 10.587.756.328,00 (dez bilhões, quinhentos e oitenta e sete milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e oito reais), o qual compreende o orçamento fiscal e da seguridade social.

## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2021

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2020		R\$ 1,00	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
RECEITA		DESPESA	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.071.054.106</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.628.796.271</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.690.392.533	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.580.791.416
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	582.250.769	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	170.915.275
RECEITA PATRIMONIAL	55.046.211	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.877.089.580
RECEITA AGROPECUÁRIA	0		
RECEITA INDUSTRIAL	0		
RECEITA DE SERVIÇOS	240.332.379		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.413.714.530		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.317.684		
<b>RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.043.784.658</b>		
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>-2.386.230.908</b>		
<b>I - TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.728.607.856</b>		
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>859.148.472</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>946.167.507</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	193.460.000	INVESTIMENTOS	603.644.707
ALIENAÇÃO DE BENS	352.163.513	INVERSÕES FINANCEIRAS	92.500.000
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.022.800
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	313.424.959		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100.000		
<b>II - TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>859.148.472</b>		
		<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>12.792.550</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.587.756.328</b>	<b>TOTAL</b>	<b>10.587.756.328</b>

Fonte: Lei nº 8.819, de 14 de janeiro de 2021/ Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

No 2º trimestre de 2021, foram abertos créditos suplementares no montante de R\$ 184.543.425,76 (cento e oitenta e quatro milhões, quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta e seis centavos) e anulados o montante de R\$ 124.044.955,43 (cento e vinte e quatro milhões, quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

Até 30/06/2021, os créditos suplementares perfazem o montante de R\$ 449.287.217,41 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, duzentos e oitenta e sete mil, duzentos e dezessete reais e quarenta e um centavos) e os créditos anulados o montante de R\$ 380.078.747,08 (trezentos e oitenta milhões, setenta e oito mil, setecentos e quarenta e sete reais e oito centavos), perfazendo a dotação final no valor de R\$ 10.656.964.798,33 (dez bilhões, seiscentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos).

## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2021

Considerando o destaque de crédito até o trimestre no valor de R\$ (3.149.208,98) (três milhões e cento e quarenta e nove mil e duzentos e oito reais e noventa e oito centavos), a dotação atualizada perfaz o valor de R\$ 10.653.815.589,35 (dez bilhões, seiscentos e cinquenta e três milhões, oitocentos e quinze mil, quinhentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:

	<b>MOVIMENTAÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	DOTAÇÃO INICIAL	10.587.756.328,00
B	CRÉDITO SUPLEMENTAR	449.287.217,41
C	DOTAÇÃO ANULADA	380.078.747,08
<b>D</b>	<b>DOTAÇÃO FINAL (D) (=) (A+B-C)</b>	<b>10.656.964.798,33</b>
E	DESTAQUE DE CRÉDITO	-3.149.208,98
<b>F</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (F) (=) (F+G)</b>	<b>10.653.815.589,35</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado/

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos  
Compromissos de Governo

As fontes de recursos utilizadas para abertura de créditos suplementares foram anulações de dotações, *superavit* financeiro apurado em Balanços Patrimoniais, este por meio das Portarias SEFAZ N° 80, de 10 de março de 2021, no montante de R\$ 710.000,00 (setecentos e dez mil), N° 81, de 10 de março de 2021, no montante de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões) e N° 150, de 12 de maio de 2021, no montante de R\$ 328.470,33 (trezentos e vinte e oito mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e três centavos), e operação de crédito, este por meio das Portarias SEFAZ N° 167 e 168, de 31 de maio de 2021, nos montantes de R\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais) e R\$ 18.170.000,00 (dezoito milhões e cento e setenta mil reais), respectivamente.

Após a abertura de créditos adicionais, considerando o destaque de crédito, a despesa orçamentária atualizada ficou assim distribuída:

<b>GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE</b>	
<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS</b>	
<b>CATEGORIA ECONÔMICA/ GRUPO DE DESPESA</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.621.740.612,92</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.586.753.022,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	169.630.775,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.865.356.815,85
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.019.282.426,43</b>
INVESTIMENTOS	669.415.626,43
INVERSÕES FINANCEIRAS	54.450.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	295.416.800,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>12.792.550,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.653.815.589,35</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

### 2.2.1.2 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Receita realizada no 2º. Trimestre de 2021 foi no valor de R\$ 2.771.437.963,47 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, novecentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos), perfazendo até o trimestre o montante arrecadado de R\$ 5.685.640.878,09 (cinco bilhões, seiscentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta mil, oitocentos e setenta e oito reais e nove centavos), conforme quadro abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE				
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA		RECEITA A REALIZAR
		NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.071.054.106,00</b>	<b>3.122.005.735,78</b>	<b>6.379.086.629,41</b>	<b>4.691.967.476,59</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.690.392.533,00	1.290.748.305,80	2.613.090.571,58	2.077.301.961,42
CONTRIBUIÇÕES	582.250.769,00	130.516.347,11	274.422.376,08	307.828.392,92
RECEITA PATRIMONIAL	55.046.211,00	12.380.839,83	30.491.334,19	24.554.876,81
RECEITA AGROPECUÁRIA	,00	,00	27.433,99	-27.433,99
RECEITA INDUSTRIAL	,00	,00	,00	,00
RECEITA DE SERVIÇOS	240.332.379,00	56.814.916,97	113.192.609,51	127.139.769,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.413.714.530,00	1.597.216.532,44	3.281.858.102,48	2.131.856.427,52
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.317.684,00	34.328.793,63	66.004.201,58	23.313.482,42
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>919.318.472,00</b>	<b>98.549.547,81</b>	<b>146.488.318,89</b>	<b>772.830.153,11</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	253.630.000,00	58.490.222,92	97.742.610,85	155.887.389,15
ALIENAÇÃO DE BENS	352.163.513,00	1.322.647,68	2.789.583,97	349.373.929,03
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	,00	4.201,26	8.973,65	-8.973,65
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	313.424.959,00	38.728.518,96	45.942.673,69	267.482.285,31
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	3.956,99	4.476,73	95.523,27
<b>RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.043.784.658,00</b>	<b>229.639.010,17</b>	<b>566.123.665,27</b>	<b>477.660.992,73</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>-2.386.230.908,00</b>	<b>-678.756.330,29</b>	<b>-1.406.057.735,48</b>	<b>-980.173.172,52</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.647.926.328,00</b>	<b>2.771.437.963,47</b>	<b>5.685.640.878,09</b>	<b>4.962.285.449,91</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado

### Receitas Arrecadadas no 2º Trimestre

*Receitas Correntes*



*Receitas de Capital*



- IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA
- CONTRIBUIÇÕES
- RECEITA PATRIMONIAL
- RECEITA AGROPECUÁRIA
- RECEITA INDUSTRIAL
- RECEITA DE SERVIÇOS
- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
- OUTRAS RECEITAS CORRENTES

- OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- ALIENAÇÃO DE BENS
- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS
- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2021

A Despesa Empenhada no 2º. trimestre de 2021 foi no valor de R\$ 2.124.037.519,98 (dois bilhões, cento e vinte e quatro milhões, trinta e sete mil, quinhentos e dezenove reais e noventa e oito centavos), perfazendo até o trimestre o montante de R\$ 6.087.944.916,46 (seis bilhões, oitenta e sete milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta e seis centavos), conforme quadro a seguir:

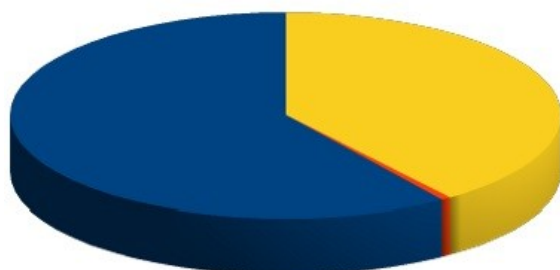
GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS						
CATEGORIA ECONÔMICA/ GRUPO DE DESPESA	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.923.059.349,30</b>	<b>5.607.641.875,68</b>	<b>2.351.221.801,46</b>	<b>4.881.673.313,21</b>	<b>2.353.747.031,19</b>	<b>4.766.940.916,94</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.145.979.382,77	3.626.826.184,22	1.554.557.002,90	3.288.513.862,50	1.600.566.118,94	3.249.684.791,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.473.604,23	91.868.549,20	29.025.506,76	72.420.895,97	29.025.506,76	72.420.895,97
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	765.606.362,30	1.888.947.142,26	767.639.291,80	1.520.738.554,74	724.155.405,49	1.444.835.229,27
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>200.978.170,68</b>	<b>480.303.040,78</b>	<b>194.275.502,95</b>	<b>328.334.945,74</b>	<b>194.074.025,81</b>	<b>320.449.746,10</b>
INVESTIMENTOS	115.781.072,71	238.647.553,26	87.379.940,86	142.379.400,27	87.178.463,72	134.494.200,63
INVERSÕES FINANCEIRAS	23.625.124,66	36.089.327,27	23.624.618,58	36.087.615,56	23.624.618,58	36.087.615,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	61.571.973,31	205.566.160,25	83.270.943,51	149.867.929,91	83.270.943,51	149.867.929,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.124.037.519,98</b>	<b>6.087.944.916,46</b>	<b>2.545.497.304,41</b>	<b>5.210.008.258,95</b>	<b>2.547.821.057,00</b>	<b>5.087.390.663,04</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

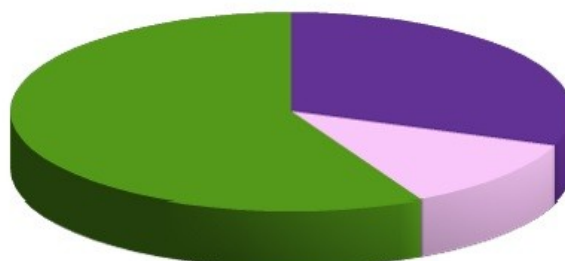
### Despesas Empenhadas no 2º Trimestre

*Despesas Correntes*



■ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
 ■ JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA  
 ■ OUTRAS DESPESAS CORRENTES

*Despesas de Capital*



■ INVESTIMENTOS  
 ■ INVERSÕES FINANCEIRAS  
 ■ AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2021

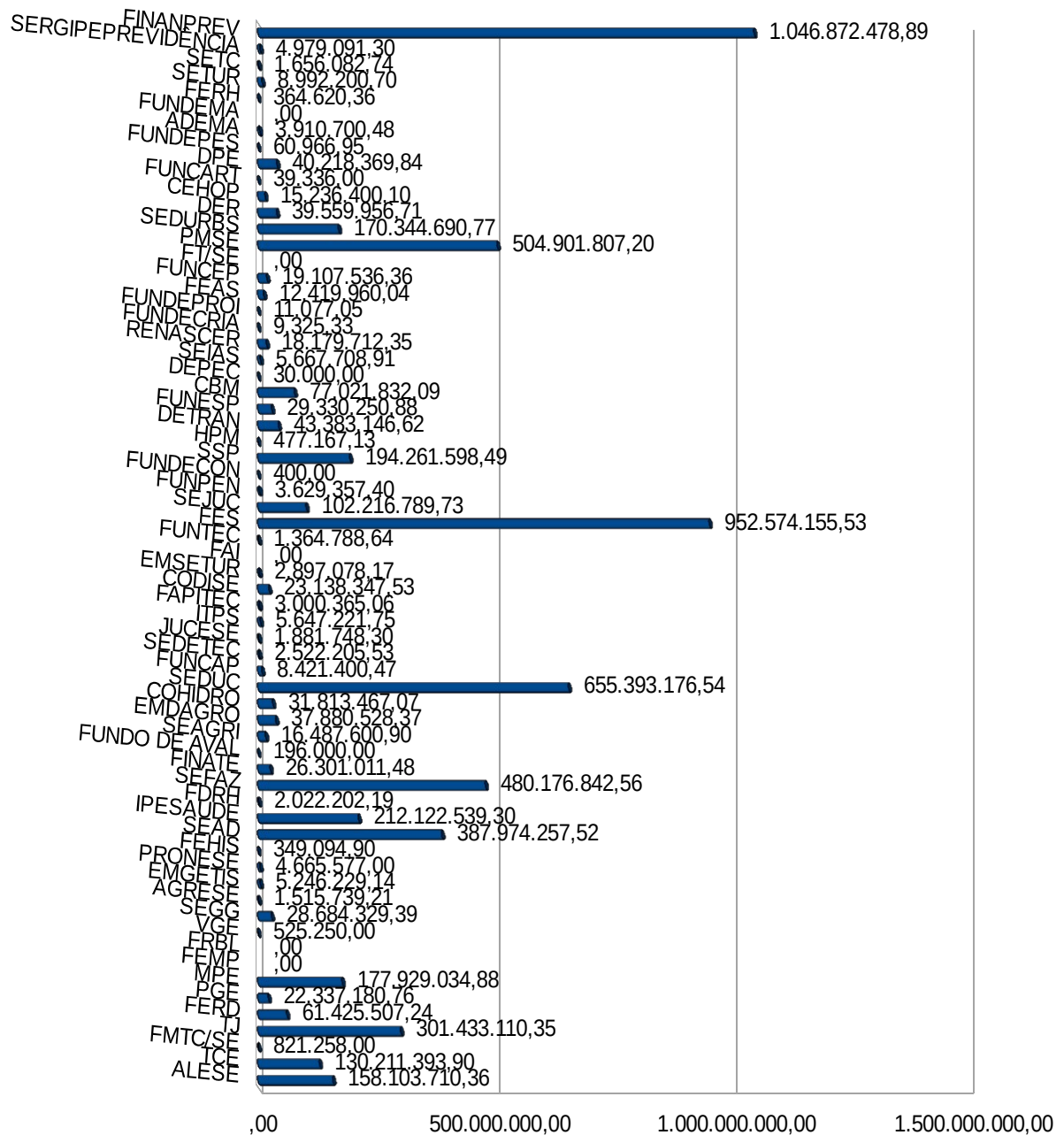
### • Despesa Orçamentária por Órgão e Entidade

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ÓRGÃO/ENTIDADE						
UNIDADE GESTORA	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
ALESE	12.185.807,38	158.103.710,36	54.473.884,73	103.625.819,80	54.454.088,66	103.603.114,90
TCE	288.124,71	130.211.393,90	31.247.323,42	61.790.981,85	31.521.646,77	61.771.822,59
FMTC/SE	640.236,03	821.258,00	261.679,05	314.990,05	17.460,00	70.771,00
TJ	26.814.855,78	301.433.110,35	140.509.425,74	274.800.550,00	140.402.808,26	274.659.383,57
FERD	8.706.997,59	61.425.507,24	17.560.345,48	33.380.159,63	17.383.177,85	32.979.769,99
PGE	7.680.755,22	22.337.180,76	11.158.704,40	21.541.000,82	10.590.289,73	20.642.287,31
MPE	-10.859.534,98	177.929.034,88	46.289.698,73	90.435.938,76	46.316.843,93	90.378.952,67
FEMP	,00	,00	,00	,00	,00	,00
FRBL	,00	,00	,00	,00	,00	,00
VEG	,00	525.250,00	194.460,37	396.509,98	195.017,70	385.346,90
SEGG	13.374.652,34	28.684.329,39	10.489.702,75	19.137.037,09	10.455.519,51	17.951.086,07
AGRESE	191.838,75	1.515.739,21	645.869,97	1.247.992,38	645.969,97	1.247.992,38
EMGETIS	2.393.142,50	5.246.229,14	2.435.465,49	4.590.754,40	2.268.696,27	4.244.571,10
PRONESE	2.605.318,52	4.665.577,00	2.300.836,62	4.263.073,88	1.838.789,61	3.603.534,93
FEHIS	194.368,00	349.094,90	182.682,30	327.211,32	182.682,30	327.211,32
SEAD	125.482.117,05	387.974.257,52	121.111.042,15	374.089.804,20	120.821.491,87	372.714.139,16
IPESAUDE	105.592.360,61	212.122.539,30	103.908.686,02	192.365.930,90	92.882.960,90	173.795.199,78
FDRH	2.004.552,19	2.022.202,19	17.600,00	17.600,00	17.600,00	17.600,00
SEFAZ	107.080.931,22	480.176.842,56	193.490.455,07	382.371.000,51	193.277.317,00	381.239.292,99
FINATE	521.481,79	26.301.011,48	10.877.314,55	20.848.775,25	10.833.489,56	17.637.348,15
FUNDO DE AVAL	,00	196.000,00	,00	,00	,00	,00
SEAGRI	12.166.860,48	16.487.600,90	3.629.763,82	7.197.076,06	1.927.596,90	5.356.910,10
EMDAGRO	15.180.729,57	37.880.528,37	14.008.301,12	31.658.787,63	14.076.957,26	29.541.802,85
COHIDRO	19.423.241,21	31.813.467,07	15.775.347,38	27.545.845,13	15.724.520,54	26.503.053,67
SEUDUC	263.746.106,53	655.393.176,54	270.009.747,34	524.961.900,70	269.820.621,96	509.589.169,45
FUNCAP	4.275.418,66	8.421.400,47	4.105.253,36	7.846.383,51	4.134.109,91	6.843.714,97
SEDETEC	547.861,94	2.522.205,53	1.109.188,45	2.299.945,62	1.114.882,56	2.167.229,73
JUCESE	939.286,19	1.881.748,30	927.503,92	1.611.621,16	927.275,89	1.606.279,32
ITPS	2.832.066,08	5.647.221,75	2.801.467,56	5.433.557,18	3.063.733,39	5.208.236,69
FAPITEC	2.454.833,96	3.000.365,06	1.952.105,10	2.465.887,19	1.445.811,47	1.701.185,13
CODISE	11.182.715,26	23.138.347,53	11.330.469,31	21.391.643,13	11.022.238,76	20.923.591,13
EMSETUR	968.023,94	2.897.078,17	1.302.257,52	2.897.039,17	1.286.292,52	2.822.143,58
FAI	,00	,00	,00	,00	,00	,00
FUNTEC	1.362.788,64	1.364.788,64	1.362.788,64	1.362.788,64	350.000,00	350.000,00
FES	422.302.451,84	952.574.155,53	406.495.692,00	872.366.607,16	392.222.895,86	841.064.581,37
SEJUC	51.575.998,09	102.216.789,73	54.199.658,24	94.518.626,95	42.211.581,22	79.228.324,78
FUNPEN	2.316.854,36	3.629.357,40	1.221.138,69	1.932.404,94	1.221.138,69	1.932.404,94
FUNDECON	,00	400,00	,00	,00	,00	,00
SSP	27.696.147,20	194.261.598,49	82.595.329,79	171.281.425,88	82.540.566,34	170.420.943,69
HPM	232.843,15	477.167,13	162.832,23	343.556,12	179.735,39	305.051,69
DETRAN	21.887.976,08	43.383.146,62	21.026.987,04	42.148.255,79	20.033.205,78	40.799.872,72
FUNESP	16.512.565,02	29.330.250,88	9.958.636,47	19.666.776,27	10.168.237,01	19.542.708,20
CBM	16.681.570,84	77.021.832,09	28.518.736,17	56.858.520,63	28.385.982,83	56.432.392,32
DEPEC	30.000,00	30.000,00	12.397,37	12.397,37	11.442,75	11.442,75
SEIAS	2.951.851,88	5.667.708,91	2.428.565,04	4.803.696,59	2.391.298,86	4.561.153,94
RENASCER	9.382.586,18	18.179.712,35	8.783.516,71	16.944.302,52	9.418.181,94	15.812.673,28
FUNDECRIA	,00	9.325,33	9.140,07	9.140,07	1.975,55	1.975,55
FUNDEPROI	,00	11.077,05	10.881,79	10.881,79	1.975,55	1.975,55
FEAS	9.159.642,75	12.419.960,04	3.071.583,97	6.098.228,00	3.060.173,96	6.080.668,45
FUNCEP	11.768.649,04	19.107.536,36	10.264.294,25	16.512.281,97	10.927.524,85	15.963.065,68
FT/SE	,00	,00	,00	,00	,00	,00
PMSE	223.274.582,37	504.901.807,20	234.720.038,33	467.111.428,33	234.788.136,06	464.566.760,25
SEDURBS	90.530.248,37	170.344.690,77	89.374.076,35	140.267.525,03	89.394.001,91	137.447.349,94
DER	19.802.604,67	39.559.956,71	10.037.578,35	22.249.181,52	13.225.528,53	19.188.581,67
CEHOP	7.397.362,17	15.236.400,10	7.459.076,24	15.069.158,27	7.033.064,90	14.099.971,45
FUNCART	39.276,00	39.336,00	35.080,00	35.080,00	35.080,00	35.080,00
DPE	22.205.280,27	40.218.369,84	16.607.805,29	31.387.543,37	16.605.942,29	31.385.680,37
FUNDEPES	45.716,95	60.966,95	4.350,00	4.350,00	4.350,00	4.350,00
ADEMA	1.890.741,82	3.910.700,48	1.946.857,73	3.665.867,48	2.008.853,76	3.507.136,68
FUNDEMA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
FERH	175.720,48	364.620,36	181.260,01	292.986,71	133.997,12	228.115,29
SETUR	1.507.819,75	8.992.200,70	3.666.384,95	7.052.306,39	2.856.490,73	5.264.080,66
SETC	836.241,33	1.656.082,74	722.169,31	1.404.090,13	263.872,61	781.352,15
SERGIPEPREVIDÊNCIA	1.842.577,13	4.979.091,30	1.947.442,78	4.048.624,96	2.002.955,43	3.978.374,71
FINANPREV	422.012.275,08	1.046.872.478,89	474.566.424,88	991.695.408,77	517.692.976,03	984.861.853,53
<b>TOTAL</b>	<b>2.124.037.519,98</b>	<b>6.087.944.916,46</b>	<b>2.545.497.304,41</b>	<b>5.210.008.258,95</b>	<b>2.547.821.057,00</b>	<b>5.087.390.663,04</b>

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2021

### Despesa Empenhada Janeiro a Junho

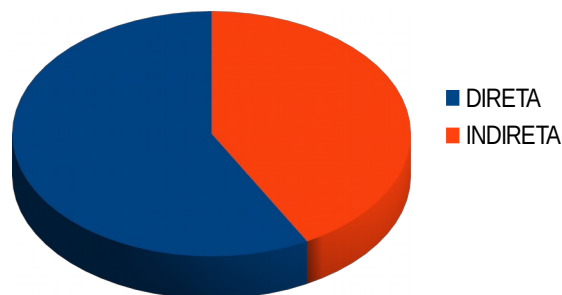


### • Despesa Orçamentária por Tipo de Administração

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR TIPO ADMINISTRAÇÃO						
TIPO ADMINISTRAÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
DIRETA	1.004.550.992,31	3.528.575.647,35	1.414.123.253,29	2.870.729.635,69	1.397.734.968,30	2.823.542.336,28
INDIRETA	1.119.486.527,67	2.559.369.269,11	1.131.374.051,12	2.339.278.623,26	1.150.086.088,70	2.263.848.326,76
<b>TOTAL</b>	<b>2.124.037.519,98</b>	<b>6.087.944.916,46</b>	<b>2.545.497.304,41</b>	<b>5.210.008.258,95</b>	<b>2.547.821.057,00</b>	<b>5.087.390.663,04</b>

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil / Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

### *Despesa Empenhada acumulada por tipo de Administração*

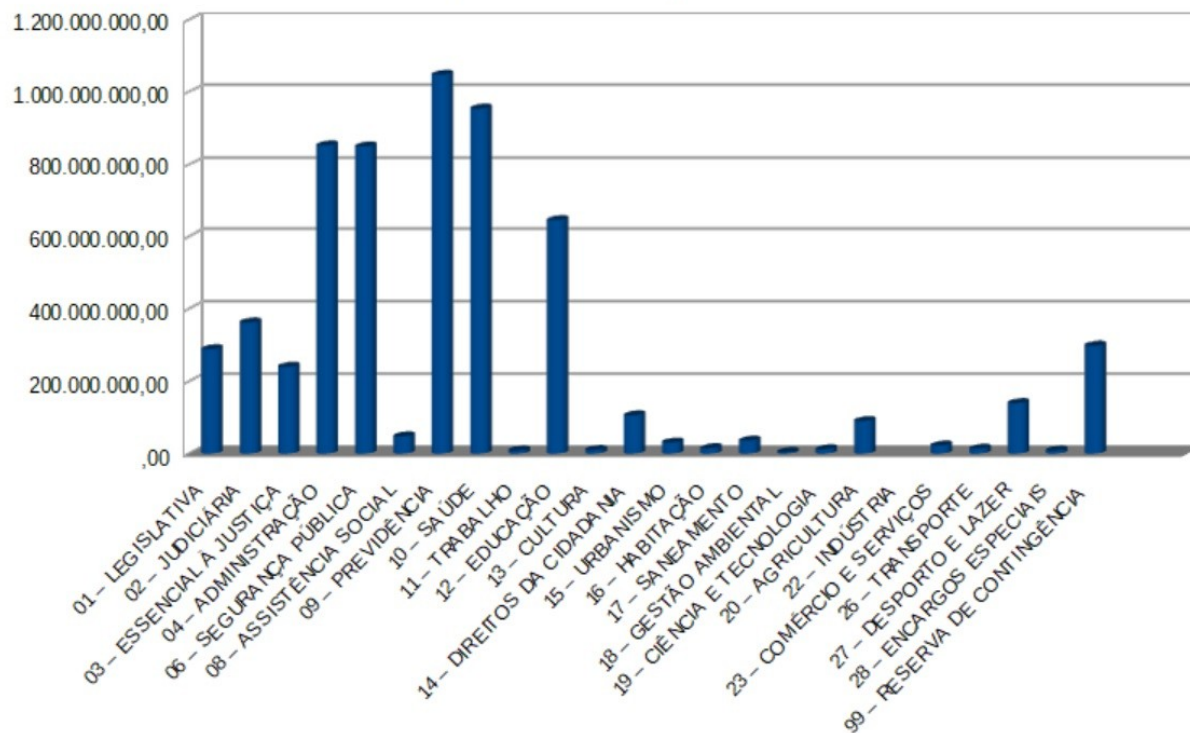


### • Despesa Orçamentária por Função

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO						
FUNÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
01 – LEGISLATIVA	13.114.168,12	289.136.362,26	85.982.887,20	165.731.791,70	85.993.195,43	165.445.708,49
02 – JUDICIÁRIA	35.521.853,37	362.858.617,59	158.069.771,22	308.180.709,63	157.785.986,11	307.639.153,56
03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA	18.996.451,52	240.406.524,69	73.941.841,19	143.235.833,68	73.509.612,72	142.395.155,08
04 – ADMINISTRAÇÃO	288.385.001,99	853.082.938,26	332.711.391,09	775.458.487,35	320.939.966,44	749.457.213,02
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	306.363.365,66	850.029.874,16	377.052.615,16	757.541.408,90	376.165.918,54	752.199.174,75
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	29.812.857,41	47.710.621,34	20.837.027,29	36.687.828,25	22.063.623,54	35.416.862,28
09 – PREVIDÊNCIA	423.024.489,65	1.048.145.169,18	475.224.259,63	992.584.298,75	518.406.323,43	985.687.145,18
10 – SAÚDE	422.302.451,84	952.574.155,53	406.495.692,00	872.366.607,16	392.222.895,86	841.064.581,37
11 – TRABALHO	4.587.604,62	8.822.430,88	3.743.351,91	7.703.100,06	3.748.949,92	7.016.092,92
12 – EDUCAÇÃO	260.851.156,42	646.217.770,34	267.166.653,50	518.943.381,16	267.057.030,51	503.779.795,17
13 – CULTURA	4.999.385,12	10.318.777,16	4.900.713,64	9.268.825,67	4.922.353,85	8.210.178,06
14 – DIREITOS DA CIDADANIA	53.892.852,45	105.846.547,13	55.420.796,93	96.451.031,89	43.432.719,91	81.160.729,72
15 – URBANISMO	16.322.638,69	30.691.944,79	15.132.955,69	22.802.361,09	15.053.607,67	21.494.998,73
16 – HABITAÇÃO	7.335.977,35	15.054.865,01	7.386.005,72	14.865.746,60	6.959.994,38	13.896.559,78
17 – SANEAMENTO	23.625.124,66	36.089.327,27	23.624.618,58	36.087.615,56	23.624.618,58	36.087.615,56
18 – GESTÃO AMBIENTAL	2.253.715,40	4.570.790,40	2.245.460,70	4.144.910,21	2.243.820,82	3.902.292,66
19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.767.672,53	12.024.731,96	6.869.730,93	11.126.388,92	5.633.323,93	9.005.577,17
20 – AGRICULTURA	47.904.025,02	90.092.776,14	35.324.475,31	71.022.749,18	33.178.090,68	65.363.268,03
21 – ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
22 – INDÚSTRIA	11.182.715,26	22.858.347,53	11.262.028,22	21.277.755,10	10.953.797,67	20.809.703,10
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.475.843,69	13.889.278,87	4.968.642,47	9.949.345,56	4.142.783,25	8.086.224,24
26 – TRANSPORTE	67.937.538,51	139.903.054,02	60.430.436,97	103.220.088,52	63.759.280,08	98.690.937,60
27 – ESPORTE E LAZER	3.119.780,86	8.889.399,68	2.815.123,61	5.496.432,43	2.702.875,90	5.303.304,58
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	71.260.849,84	298.730.612,27	113.890.825,45	225.861.561,58	113.320.287,78	225.278.391,99
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.124.037.519,98</b>	<b>6.087.944.916,46</b>	<b>2.545.497.304,41</b>	<b>5.210.008.258,95</b>	<b>2.547.821.057,00</b>	<b>5.087.390.663,04</b>

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

*Despesa Orçamentária por Função*



### • Despesa Orçamentária por Poder

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER						
PODER	EMPENHADO		LIQUIDADADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
EXECUTIVO	2.075.401.498,49	5.435.949.936,61	2.301.444.645,99	4.736.095.757,62	2.304.041.875,46	4.614.305.800,99
LEGISLATIVO	13.114.168,12	289.136.362,26	85.982.887,20	165.731.791,70	85.993.195,43	165.445.708,49
JUDICIÁRIO	35.521.853,37	362.858.617,59	158.069.771,22	308.180.709,63	157.785.986,11	307.639.153,56
<b>TOTAL</b>	<b>2.124.037.519,98</b>	<b>6.087.944.916,46</b>	<b>2.545.497.304,41</b>	<b>5.210.008.258,95</b>	<b>2.547.821.057,00</b>	<b>5.087.390.663,04</b>

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo



Percebe-se que, no confronto entre a dotação atualizada (considerando o Destaque de Crédito) e a despesa empenhada até o período, verificou-se uma economia orçamentária no valor de R\$ 4.565.870.672,89 (quatro bilhões, quinhentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e setenta e dois reais e oitenta e nove centavos), o que representa, no exercício de 2021, aproximadamente 42,86% da dotação atualizada, conforme quadro abaixo:

<b>GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE</b>	
<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA X DESPESA EMPENHADA</b>	
DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	10.653.815.589,35
DESPESA EMPENHADA (B)	6.087.944.916,46
<b>ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA (A – B)</b>	<b>4.565.870.672,89</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

Por sua vez, no confronto entre a despesa empenhada e a despesa paga, verificou-se uma despesa a pagar, no exercício, no valor de R\$ 1.000.554.253,42 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e dois centavos), o que representa, aproximadamente 16,44% da despesa empenhada, conforme quadro a seguir:

<b>GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE</b>	
<b>DESPESA EMPENHADA x DESPESA PAGA</b>	
DESPESA EMPENHADA (A)	6.087.944.916,46
DESPESA PAGA (B)	5.087.390.663,04
<b>DESPESA A PAGAR (A – B)</b>	<b>1.000.554.253,42</b>

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Do confronto entre a receita realizada e a despesa empenhada no exercício, verificou-se um *deficit* orçamentário no valor de R\$ 402.304.038,37 (quatrocentos e dois milhões, trezentos e quatro mil, trinta e oito reais e trinta e sete centavos), assim detalhado:

<b>GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE</b>	
<b>RECEITA REALIZADA X DESPESA EMPENHADA</b>	
RECEITA REALIZADA (A)	5.685.640.878,09
DESPESA EMPENHADA (B)	6.087.944.916,46
<b>SUPERAVIT/DEFICIT ORÇAMENTÁRIO (A – B)</b>	<b>-402.304.038,37</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

### 2.2.1.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nesse item, será efetuada a análise do desempenho orçamentário-financeiro, por meio de indicadores, da gestão pública do Governo do Estado de Sergipe a fim de oferecer informações acerca da utilização dos recursos públicos.

**a) Quociente de Execução da Receita:** Receita Arrecadada/Receita Prevista Atualizada

Receita Arrecadada	5.685.640.878,09	<b>0,53</b>
Receita Prevista Atualizada	10.647.926.328,00	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foi arrecadado o valor de aproximadamente **R\$ 0,53**, ou seja, no exercício, foi arrecadado aproximadamente 53,40% das receitas previstas atualizadas.

**b) Quociente de Execução da Despesa:** Despesa Empenhada/Dotação Atualizada

Despesa Empenhada	6.087.944.916,46	<b>0,57</b>
Dotação Atualizada	10.653.815.589,35	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** da dotação atualizada, foi executado a quantia de aproximadamente **R\$ 0,57**, ou seja, no exercício, foi empenhado aproximadamente **57,14%** da dotação atualizada.

**c) Quociente de Equilíbrio Orçamentário:** Despesa Autorizada/Receita Prevista

Dotação Atualizada	10.653.815.589,35	<b>1,00</b>
Receita Prevista Atualizada	10.647.926.328,00	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foram despendidos para utilização dos recursos a quantia de aproximadamente **R\$ 1,00**, demonstrando equilíbrio orçamentário. Verifica-se, no entanto, diferença entre a Dotação Atualizada e a Receita Prevista Atualizada, decorrente dos créditos adicionais abertos e destaque de crédito.

**d) Quociente do Resultado Orçamentário:** Receita Arrecadada/Despesa Empenhada

Receita Arrecadada	5.685.640.878,09	<b>0,93</b>
Despesa Empenhada	6.087.944.916,46	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,93** de receita arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário** da ordem de **R\$ 402.304.038,37**.

e) **Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária:** Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária Paga

Receita Orçamentária	5.685.640.878,09	<b>1,12</b>
Despesa Orçamentária Paga	5.087.390.663,04	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa orçamentária paga, existe a quantia de **R\$ 1,12** de receita orçamentária para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **superavit financeiro** da ordem de **R\$ 598.250.215,05**.

f) **Quociente da Execução Orçamentária Corrente:** Receita Corrente/Despesa Corrente

Receita Corrente	5.539.152.559,20	<b>0,99</b>
Despesa Corrente	5.607.641.875,68	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa Corrente Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,99** de Receita Corrente Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário corrente** da ordem de **R\$ 68.489.316,48**.

g) **Quociente da Execução Orçamentária de Capital:** Receita de Capital/Despesa de Capital

Receita de Capital	146.488.318,89	<b>0,30</b>
Despesa de Capital	480.303.040,78	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa de Capital Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,10** de Receita de Capital Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário de capital** da ordem de **R\$ 333.814.721,89**.

#### 2.2.1.4 RECURSOS NO ENFRENTAMENTO À COVID-19

Diante do cenário de pandemia do novo coronavírus e da situação de emergência decretada pelo Estado de Sergipe, faz-se necessário o acompanhamento dos recursos utilizados no enfrentamento à COVID-19. Desta forma, foi realizada a verificação das receitas arrecadadas e das despesas executadas até o 2º trimestre de 2021.

- **RECEITAS COVID-19**

## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2021

O quadro abaixo demonstra os recursos recebidos vinculados às ações de enfrentamento à Covid-19 até 30 de junho de 2021:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL RELACIONADOS À COVID-19			
TRANSFERÊNCIAS	UNIDADE GESTORA	SIGLA	VALOR ARRECADADO
TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	FES	44.588.398,94
<b>TOTAL ARRECADADO (RS):</b>			<b>44.588.398,94</b>

Fonte: Portal da Transparência SEFAZ/ <https://www.sefaz.se.gov.br/SitePages/painelreceita.aspx>

### • DESPESAS COVID-19

O quadro abaixo demonstra a execução orçamentária da despesa, detalhada por fonte de recursos até o 30 de junho de 2021:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA NO ENFRENTAMENTO À COVID-19 POR FONTE DE RECURSO COMPLETA						
FONTE DE RECURSO COMPLETA	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
0101001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00
0102001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	19.153.005,50	38.057.812,00	21.655.304,50	37.241.976,18	23.281.504,50	37.241.976,18
0130001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	166.220,93	318.451,53	166.210,95	312.630,72	237.921,55	312.630,72
0214001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	40.401.224,58	89.519.215,14	36.761.096,63	73.684.819,01	28.638.093,64	64.366.747,82
0215001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	,00	12.899,80	,00	12.899,80	,00	12.899,80
0229001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	26.516,28	63.516,28	24.965,08	48.141,62	24.965,08	48.141,62
0270001000 – ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS	13.071.346,67	19.040.534,46	10.324.570,07	12.353.205,36	7.004.633,74	8.572.869,03
<b>TOTAL</b>	<b>72.818.853,96</b>	<b>147.012.969,21</b>	<b>68.932.687,23</b>	<b>123.654.212,69</b>	<b>59.187.658,51</b>	<b>110.555.805,17</b>

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

É possível observar, no quadro a seguir, os recursos utilizados por Unidade Gestora no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, até o período de 30 de junho de 2021:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA NO ENFRENTAMENTO À COVID-19 POR UG						
UNIDADE GESTORA	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
011011 – ALESE	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00	540,00
152041 – IPESAÚDE	13.071.346,67	19.040.534,46	10.324.570,07	12.353.205,36	7.004.633,74	8.572.869,03
204011 – FES	59.554.230,08	127.589.926,94	58.416.401,13	110.939.694,99	51.919.598,14	101.621.623,80
244031 – FEAS	26.516,28	63.516,28	24.965,08	48.141,62	24.965,08	48.141,62
244041 – FUNCEP	166.220,93	318.451,53	166.210,95	312.630,72	237.921,55	312.630,72
<b>TOTAL</b>	<b>72.818.853,96</b>	<b>147.012.969,21</b>	<b>68.932.687,23</b>	<b>123.654.212,69</b>	<b>59.187.658,51</b>	<b>110.555.805,17</b>

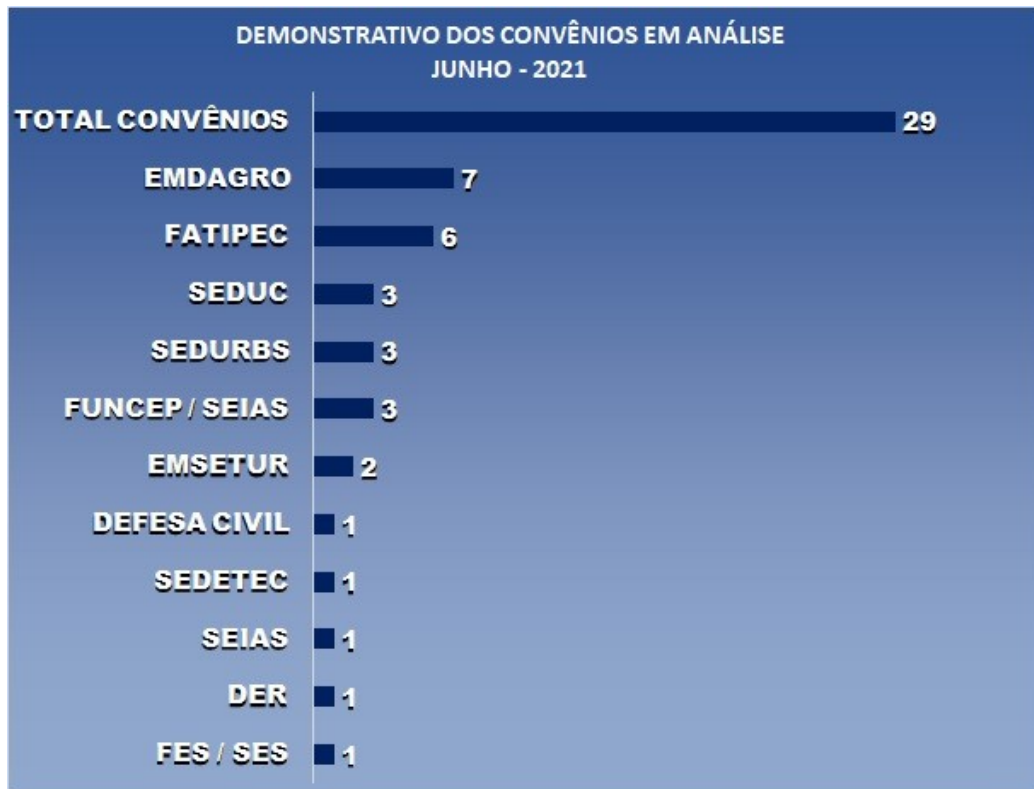
Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

## 2.2.2 REGULARIDADE FISCAL DO ESTADO

A regularidade fiscal do Estado, em sentido lato, perante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, da Secretaria do Tesouro Nacional - CAUC/STN, é condição essencial para o Estado celebrar convênios, firmar contratos e receber repasses da União e de Organismos Internacionais de fomento. Neste sentido, o Governo de Sergipe publicou, em 24 de fevereiro de 2010, o Decreto nº. 26.905, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual para manter a respectiva regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa.

Ao longo dos meses de abril, maio e junho de 2021, o Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal do Estado de Sergipe – NARF/SETC/SE, localizado na Secretaria de Estado da Transparência e Controle, continuou a monitorar todos os CNPJs relacionados ao Estado de Sergipe. Para alcançar tal objetivo, os instrumentos utilizados para acompanhar a regularidade fiscal do Estado, em sentido amplo, foram os Relatórios de Situação Fiscal, emitidos pela RFB/MF e os Relatórios advindos do CAUC/STN/MF, dentre outros.

Importa destacar, neste momento, que vem requerendo atenção do NARF/SETC o número de convênios em situação de análise, segundo revelam os dados do i-Gesp. Neste sentido, eis abaixo a representação gráfica da situação dos respectivos convênios por Órgão, com sua evolução no trimestre:



Fonte: I-Gesp



Por sua vez, em relação ao acompanhamento diário dos relatórios extraídos do CAUC/STN, torna-se possível observar a regularidade fiscal da **Administração Direta e Indireta do Poder Executivo**, bem como a dos Poderes Judiciário, Legislativo e do TCE, e ainda dos Órgãos essenciais à Justiça: Ministério Público do Estado -MPE e da Defensoria Pública do Estado – DPE/SE.

Para constatar o acompanhamento dessas pendências, força se faz observar o comportamento dos Órgãos e das Entidades no segundo trimestre deste ano, conforme retratam a representação gráfica e o quadro demonstrativo abaixo:



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2021

DEMONSTRATIVO DA REGULARIDADE ESTADUAL NO 2º TRIMESTRE - 2021			
ABRIL			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		EMGETIS	30
		IPES	
		SEGRASE	
		DER	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		EMGETIS	
		SEGRASE	
3.1.1 - PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	ALESE, DPE, MPE, TCE, TJ		
IRRF - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	FEHIS / SEDURBS SEDURBS		
GFIP AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL - RFB	FEAS, ALESE, SEFAZ, SEIAS, SEJUC, SETUR, SEAGRI, PM		
DIVERGENCIA DE GFIP - RELATORIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEFAZ		
DCTF MULTA - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEFAZ		
MAIO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		COHIDRO	31
		DER	
		EMGETIS	
		IPES	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		DER	
		EMGETIS	
3.1.1 - PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	TJ		
3.1.2 - ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL AO SICONFI	TJ		
DCTF MULTA - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEFAZ		
DIVERGENCIA DE GFIP - RELATORIO DE SITUAÇÃO FISCAL	ALESE, MPE, TJ		
GFIP AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL - RFB	SSP, SEJUC, SEAGRI, SEFAZ		
JUNHO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		COHIDRO	30
		DER	
		EMGETIS	
		RENASCER	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CODISE	
		DER	
		EMGETIS	
3.1.1 - PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	TJ		
3.1.2 - ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL AO SICONFI	TJ		
3.2.3 - ENCAMINHAMENTO DO RREO AO SIOPE	SEDUC		
GFIP AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL - RFB	SEAGRI		
<b>TOTAL</b>			<b>91</b>

Nesse contexto, saliente-se que o Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle-NARF/SETC criou o **Índice de aferição da Regularidade** dos órgãos da **Administração Direta e Indireta**, cujo objetivo visa a demonstrar, diariamente, em tempo real, a quantidade de dias em que determinado Órgão ou definida Entidade permaneceu em situação de irregularidade.

A utilização dessa metodologia permite atribuir a esses Órgãos ou a tais Entidades um percentual relacionado aos dias que compuseram os meses de abril, maio e junho de 2021.

Para melhor ilustrar a aplicação desse método, eis, na sequência, o **Índice de Regularidade** do segundo trimestre de 2021, com os respectivos números acumulados nos meses anteriores.

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GOVERNO DE SERGIPE						Referência
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						30/06/2021
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE – 2021						31/12/2020
Nº ORDEM	ÓRGÃOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	Nº / DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	CBM	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE	181	181		100,00
2	HPM	HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE		181		100,00
3	SETC	SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE		181		100,00
4	DPE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE		174	7	96,13
5	MP/SE	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE		163	18	90,06
6	PGE	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO		181		100,00
7	PM / SE	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE		146	35	80,66
8	SEAGRI	SECRETARIA DE EST. DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL		138	43	76,24
9	SECOM	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL		181		100,00
10	SEDETEC	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		181		100,00
11	SEDUC	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA		144	37	79,56
12	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		112	69	61,88
13	SEGG	SECRETARIA DE ESTADO GERAL DE GOVERNO		157	24	86,74
14	SEIAS	SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO		136	45	75,14
15	SEDURBS	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE		134	47	74,03
16	SEIUC	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR		152	29	83,98
17	SEAD	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO		156	25	86,19
18	SES	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		176	5	97,24
19	SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO		166	15	91,71
20	SSP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		176	5	97,24
21	VG	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO		181		100,00
22	ALESE	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		111	70	61,33
23	TCE	TRIBUNAL DE CONTAS		153	28	84,53
24	TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA		129	52	71,27

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

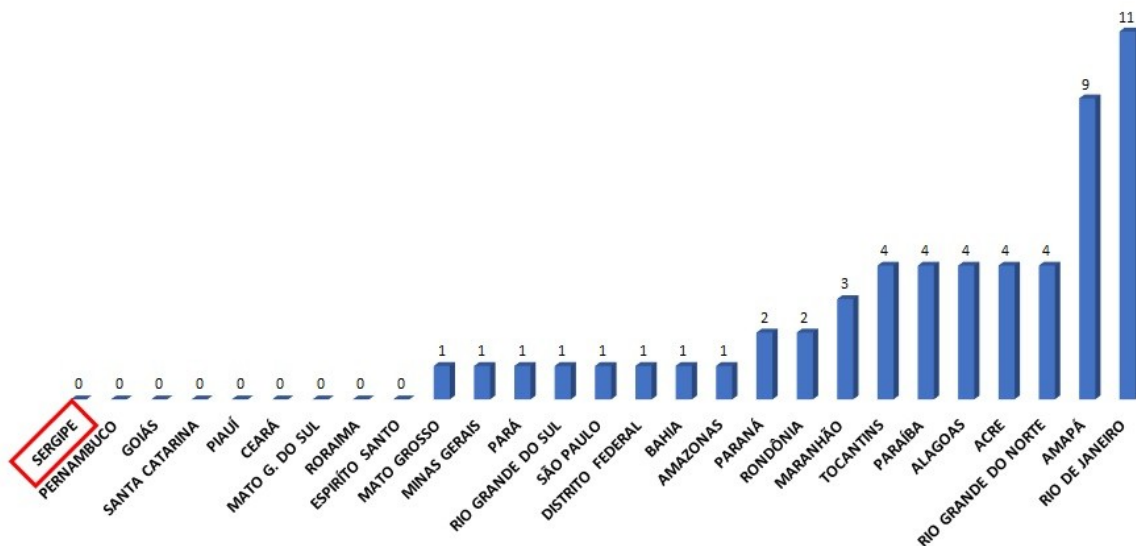
GOVERNO DE SERGIPE						Referência
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						30/06/2021
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE - 2021						31/12/2020
Nº ORDEM	SIGLA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	Nº DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	ADEMA	ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	181	166	15	91,71
2	BANESE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.		181		100,00
3	CEHOP	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS		166	15	91,71
4	CODISE	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE		153	28	84,53
5	COHIDRO	COMPANHIA DE DESENV. DE RECURSOS HÍDRICOS DE SERGIPE		126	55	69,61
6	DEPEC	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL		181		100,00
7	DER	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SERGIPE		4	177	2,21
8	DESO	CIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE S.A		181		100,00
9	DETRAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		154	27	85,08
10	EMDAGRO	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE		181		100,00
11	EMGETIS	EMPRESA SERGIPANA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		4	177	2,21
12	EMSETUR	EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO		181		100,00
13	FAPITEC/SE	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICO/SE		181		100,00
14	FHS	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE		181		100,00
15	FSPH	FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA		181		100,00
16	FUNCAP	FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE APERIPÊ DE SERGIPE		142	39	78,45
17	FUNESA	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE		181		100,00
18	IPESAÚDE	INSTITUTO DE PROM E DE ASSIST A SAÚDE DE SERV DO ESTADO DE SERGIPE		78	103	43,09
19	IPES PREVIDENCIA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		181		100,00
20	ITPS	INSTITUTO TECNOLÓGICO E DE PESQUISAS DO ESTADO DE SERGIPE		181		100,00
21	JUCESE	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE		181		100,00
22	PRONESE	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SERGIPE		181		100,00
23	RENASCE	FUNDAÇÃO RENASCE DO ESTADO DE SERGIPE		171	10	94,48
24	SEGRASE	SERVIÇOS GRÁFICOS SERGIPE		130	51	71,82
25	SERGÁS	SERGIPE ENERGIAS RENOVÁVEIS E GÁS S.A.		181		100,00
26	SERGIPE PREVIDENCIA	INST DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		181		100,00

Registre-se que, no segundo trimestre de 2021, os maiores registros de inadimplência observados, no âmbito da Administração Direta, verificaram-se na **SEFAZ**, e entre os Poderes na **ALESE** e no **TJ/SE**. Ao passo que, na Administração Indireta, essa ocorrência se verificou na **COHIDRO**, **SEGRASE**, no **IPESAÚDE**, e acentuadamente no **DER/SE** e na **EMGETIS**, conforme restou demonstrado anteriormente.

Na sequência, a representação gráfica apresenta o demonstrativo da regularidade fiscal em que se revela a destacada situação do Estado de Sergipe no cenário nacional.

DEMONSTRATIVO DE PENDÊNCIAS POR ESTADO

JUNHO 2021 - ADM. DIRETA



Fonte: CAUC/STN

No simples olhar desse gráfico, ao observar a regularidade dos demais Estados do Brasil, percebe-se que o NARF/SETC se desdobrou em várias frentes de atuação tanto interna como externamente para alcançar tal posição. O trabalho realizado pelo NARF/SETC se fez notar pelos insistentes e oportunos contatos com Órgãos Estatais, outros Poderes constituídos, e principalmente com técnicos da Receita Federal do Brasil.

Por oportuno, ressalte-se que o Estado de Sergipe se encontra, no momento, amparado por medidas liminares, inclusive a relacionada ao Convênio Federal nº. 777.189/2012, envolvendo a Fundação Palmares/MEC.

À luz do quadro apresentado, nota-se que o Núcleo de Regularidade Fiscal-NARF/SETC/SE continuou realizando ativamente o trabalho de acompanhamento e monitoramento diário da regularidade dos Órgãos e das Entidades do Estado de Sergipe, além de promover ações preventivas com o objetivo de manter a Regularidade Estadual, evitando, dessa forma, que o Estado de Sergipe ficasse impedido de receber os recursos que são essencialmente necessários, e imprescindíveis, para manutenção e ampliação das políticas públicas, bem como

se tornasse apto a celebrar convênios, receber recursos oriundos da União, transferências voluntárias, firmar contratos e outros instrumentos congêneres.

Na prática, o trabalho do NARF/SETC ganha relevo do ponto de vista interno e externamente: o primeiro, no seio da Administração Estadual, quando se obtém a renovação da Certidão Negativa de Débitos-CND e, sobremaneira, no exato momento em que determinado Órgão ou certa Entidade pretende celebrar convênios, firmar contratos, ou ainda quando o Estado está prestes a receber repasses da União; o segundo, no plano externo, é possível ser visto pelas realizações de obras e prestações de serviços prestados pelo Governo à população sergipana, pois graças à regularidade fiscal os recursos podem ser obtidos e os serviços contratados pelo Governo do Estado de Sergipe.

## **2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

A Auditoria Governamental é a atividade de controle interno que tem por finalidade avaliar os controles internos administrativos dos Órgãos e das Entidades jurisdicionados, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da aplicação de recursos públicos por pessoas físicas e jurídicas.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC realizou, no segundo trimestre de 2021, diversas ações de auditoria com o objetivo de cumprir a sua missão institucional, cujos resultados estão sintetizados a seguir:

### **2.3.1 AUDITORIAS DE CONTAS ANUAIS**

Em atendimento às normas e procedimentos de Controle Interno, aplicáveis aos Órgãos e às Entidades do Poder Executivo Estadual, dispostas na Lei Estadual nº. 3.630, de 26 de junho de 1995, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle recebeu e analisou, emitindo-se ps respectivos Relatórios Técnicos, Certificados de Auditoria e Parecer do Dirigente do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, até junho de 2021, o total de 67 Prestações de Contas Anuais – PCAs relativas ao exercício financeiro de 2020, incluindo-se a PCA consolidada do Governo do Estado. Este número representa 100% dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta Estadual, os quais estão obrigados a apresentar as contas anuais ao Tribunal do Estado de Sergipe – TCE/SE.

## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2021

As Prestações de Contas Anuais recebidas e analisadas pela SETC se encontram relacionadas abaixo:

SETC - PCA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA/INDIRETA – 2020							
RELATÓRIO	PROTOCOLO DE SAÍDA CONCLUSÃO	PROTOCOLO DE ENTRADA		ADMD	ADMI	CÓDIGO UG	TIPO
		Nº	DATA				
01/2021/SETC	18/03/2021	13/2021-PREST-CONTAS-JUCESE	01/03/2021		JUCESE	19201	AUTARQUIA
02/2021/SETC	08/04/2021	385/2021-PREST-CONTAS-SEJUC	03/03/2021	FT		24405	FUNDO
03/2021/SETC	08/04/2021	382/2021-PREST-CONTAS-SEJUC	03/03/2021	SEJUC		21101	SECRETARIA
04/2021/SETC	08/04/2021	384/2021-PREST-CONTAS-SEJUC	03/03/2021	FUNDECON		21402	FUNDO
05/2021/SETC	08/04/2021	394/2021-PREST-CONTAS-SEJUC	03/03/2021	FUNPEN		21401	FUNDO
06/2021/SETC	08/04/2021	17/2021-PREST-CONTAS-SETUR	25/02/2021	SETUR		33101	SECRETARIA
07/2021/SETC	08/04/2021	42/2021-PREST-CONTAS-AGRESE	01/03/2021		AGRESE	13201	AUTARQUIA
08/2021/SETC	08/04/2021	1352/2021-PREST-CONTAS-IPESAÚDE	01/03/2021		IPESAÚDE	15204	AUTARQUIA
09/2021/SETC	19/04/2021	110/2021-PREST-CONTAS-ITPS	01/03/2021		ITPS	19202	AUTARQUIA
10/2021/SETC	20/04/2021	53/2021-PREST-CONTAS-RENASCER	01/03/2021		RENASCER	24202	FUNDAÇÃO
11/2021/SETC	20/04/2021	17/2021-PREST-CONTAS-ADEMA	02/03/2021		ADEMA	32201	AUTARQUIA
12/2021/SETC	22/04/2021	122/2021-PREST-CONTAS-SEDURBS	01/03/2021	SEDURBS		26106	SECRETARIA
13/2021/SETC	22/04/2021	118/2021-PREST-CONTAS-SEDURBS	01/03/2021	DEPEC		24110	ÓRGÃO
14/2021/SETC	23/04/2021	117/2021-PREST-CONTAS-SEDURBS	01/03/2021	FUNDEMA		32401	FUNDO
15/2021/SETC	23/04/2021	120/2021-PREST-CONTAS-SEDURBS	01/03/2021	FERH		32402	ÓRGÃO
16/2021/SETC	23/04/2021	124/2021-PREST-CONTAS-SEDURBS	01/03/2021	FEHIS		14401	FUNDO
17/2021/SETC	26/04/2021	153/2021-PREST-CONTAS-SEAGRI	01/03/2021	SEAGRI		17101	SECRETARIA
18/2021/SETC	26/04/2021	2780/2021-PREST-CONTAS-SES	01/03/2021	FES/SES		20401	SECRETARIA
19/2021/SETC	26/04/2021	4/2021-PREST-CONTAS-HPM	25/02/2021	HPM		22102	ÓRGÃO
20/2021/SETC	26/04/2021	15/2021-PREST-CONTAS-SEDETEC	01/03/2021	SEDETEC		19105	SECRETARIA
21/2021/SETC	26/04/2021	14/2021-PREST-CONTAS-SEDETEC	01/03/2021	FUNTEC		19402	FUNDO
22/2021/SETC	26/04/2021	13/2021-PREST-CONTAS-SEDETEC	26/02/2021	FAI		19401	FUNDO
23/2021/SETC	26/04/2021	56/2021-PREST-CONTAS-FUNCAP	01/03/2021		FUNCAP	18201	FUNDAÇÃO
24/2021/SETC	26/04/2021	322/2021-PREST-CONTAS-DETRAN	01/03/2021		DETRAN	22201	AUTARQUIA
25/2021/SETC	26/04/2021	395/2021-PREST-CONTAS-FUNESA	01/03/2021		FUNESA	-	FUNDAÇÃO
26/2021/SETC	26/04/2021	52/2021-PREST-CONTAS-CBM-SE	01/03/2021	CBM		23101	ÓRGÃO
27/2021/SETC	26/04/2021	302/2021-PREST-CONTAS-SSP	01/03/2021	SSP		22101	SECRETARIA
28/2021/SETC	27/04/2021	189/2021-PREST-CONTAS-SERGIPEPREVIDÊNCIA	01/03/2021		SERGIPEPREVIDÊNCIA	37201	AUTARQUIA
29/2021/SETC	27/04/2021	172/2021-PREST-CONTAS-SERGIPEPREVIDÊNCIA	01/03/2021		FINANPREV	37401	FUNDO
30/2021/SETC	27/04/2021	303/2021-PREST-CONTAS-SSP	01/03/2021	FUNESP		22401	FUNDO
31/2021/SETC	27/04/2021	171/2021-PREST-CONTAS-PM	04/03/2021	PM		25101	ÓRGÃO
32/2021/SETC	28/04/2021	232/2021-PREST-CONTAS-SEIAS	02/03/2021	FUNDEPROI		24402	FUNDO
33/2021/SETC	28/04/2021	3243/2021-PREST-CONTAS-SEDUC	01/03/2021	SEDUC		18101	SECRETARIA
34/2021/SETC	28/04/2021	146/2021-PREST-CONTAS-DER/SE	05/03/2021		DER/SE	26203	AUTARQUIA
35/2021/SETC	29/04/2021	38/2021-PREST-CONTAS-FAPITEC	02/03/2021		FAPITEC	19203	FUNDAÇÃO
36/2021/SETC	29/04/2021	322/2021-PREST-CONTAS-FSPH	01/03/2021		FSPH	-	FUNDAÇÃO
37/2021/SETC	29/04/2021	13/2021-PREST-CONTAS-DPE	01/03/2021	DPE		28101	ÓRGÃO
38/2021/SETC	29/04/2021	306/2021-PREST-CONTAS-PGE	01/03/2021	PGE		10101	ÓRGÃO
39/2021/SETC	29/04/2021	12/2021-PREST-CONTAS-DPE	01/03/2021	FUNDEPES		28401	FUNDO
40/2021/SETC	30/04/2021	237/2021-PREST-CONTAS-SEIAS	03/03/2021	FEAS		24403	FUNDO
41/2021/SETC	29/04/2021	4/2021-PREST-CONTAS-VGE	01/03/2021	VGE		12101	ÓRGÃO
42/2021/SETC	30/04/2021	947/2021-PREST-CONTAS-SEAD	29/03/2021	SEAD		15104	SECRETARIA
43/2021/SETC	30/04/2021	948/2021-PREST-CONTAS-SEAD	29/03/2021	FDRH		15401	FUNDO
44/2021/SETC	30/04/2021	949/2021-PREST-CONTAS-SEAD	29/03/2021	FDES		14403	FUNDO
45/2021/SETC	30/04/2021	57/2021-PREST-CONTAS-FUNCART	01/03/2021	FUNCART		27401	FUNDO
46/2021/SETC	30/04/2021	408/2021-PREST-CONTAS-SEFAZ	19/03/2021	SEFAZ		16101	SECRETARIA
47/2021/SETC	30/04/2021	402/2021-PREST-CONTAS-SEFAZ	19/03/2021	FINATE		16402	FUNDO
48/2021/SETC	30/04/2021	404/2021-PREST-CONTAS-SEFAZ	19/03/2021	FAES		16403	FUNDO
49/2021/SETC	30/04/2021	235/2021-PREST-CONTAS-SEIAS	02/03/2021	FUNDECRIA		24401	FUNDO
50/2021/SETC	30/04/2021	608/2021-PREST-CONTAS-SEGG	01/03/2021	SEGG		13101	SECRETARIA
51/2021/SETC	30/04/2021	242/2021-PREST-CONTAS-SEIAS	03/03/2021	FUNCEP		24404	FUNDO
52/2021/SETC	30/04/2021	226/2021-PREST-CONTAS-SEIAS	02/03/2021	SEIAS		24401	SECRETARIA
53/2021/SETC	30/04/2021	2885/2021-PREST-CONTAS-SES	03/03/2021		FHS	-	FUNDAÇÃO
54/2021/SETC	30/04/2021	7/2021-PREST-CONTAS-SETC	01/03/2021	SETC		36101	SECRETARIA
55/2021/SETC	10/05/2021	15/2021-PREST-CONTAS-PRONESE	01/03/2021		PRONESE	14301	EMPRESA
56/2021/SETC	11/05/2021	2/2021-PREST-CONTAS-BANESE	02/03/2021		BANESE	-	SEM
57/2021/SETC	24/05/2021	036000.00057/2021-9 – 1/2021-PREST-CONTAS-DESO	26/02/2021		DESO	-	SEM
58/2021/SETC	25/05/2021	71/2021-PREST-CONTAS-CEHOP	26/02/2021		CEHOP	26301	SEM
59/2021/SETC	26/05/2021	155/2021-PREST-CONTAS-EMGETIS	01/03/2021		EMGETIS	13301	EMPRESA
60/2021/SETC	26/05/2021	7/2021-PREST-CONTAS-CODISE	01/03/2021		CODISE	19301	SEM
61/2021/SETC	26/05/2021	1/2021-PREST-CONTAS-ZPE	01/03/2021		ZPE	-	SEM
62/2021/SETC	26/05/2021	1/2021-PREST-CONTAS-SERGAS	01/03/2021		SERGÁS	-	SEM
63/2021/SETC	26/05/2021	254/2021-PREST-CONTAS-COHIDRO	26/02/2021		COHIDRO	17302	SEM
64/2021/SETC	27/05/2021	16/2021-PREST-CONTAS-EMDAGRO	22/03/2021		EMDAGRO	17301	EMPRESA
65/2021/SETC	28/05/2021	99/2021-PREST-CONTAS-SEGRASE	10/05/2021		SEGRASE	-	EMPRESA
66/2021/SETC	28/05/2021	20/2021-PREST-CONTAS-EMSETUR	01/03/2021		EMSETUR	19302	EMPRESA
67/2021/SETC	28/05/2021	532/2021-PREST-CONTAS-SEFAZ	07/04/2021	GOVERNO		-	-

### 2.3.2 AUDITORIAS ESPECIAIS

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC realizou auditorias com a finalidade de avaliar os procedimentos e mecanismos de controle adotados por instituições públicas do Estado; certificar a respectiva regularidade, por meio de exames de documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos e verificar a eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil, com objetivo de auxiliar os gestores na sua atuação administrativa de gerência e otimização dos resultados obtidos, por meio de recomendações que visem aprimorar procedimentos, aperfeiçoar controles e aumentar a responsabilidade gerencial, promovendo o compromisso de realizar a prestação de contas transparente, sobretudo, em decorrência da responsabilidade recebida, por sua atuação pública, pela sociedade (accountability).

No segundo trimestre de 2021, foi finalizada 1 (uma) auditoria especial e 2 (duas) se encontram em análise, quais sejam:

#### **I – AUDITORIA NA FUNDAÇÃO RENASCER – CONTRATOS DE MÃO DE OBRA DA ENTIDADE.**

**DATA DO RELATÓRIO CONCLUSIVO: 01/04/2021.**

**OBJETIVO:** *Analisar os Contratos de mão de obra realizados pela Fundação Renascer do Estado de Sergipe – RENASCER, quanto a legalidade, salários, efetivação de pagamento, etc.*

Portaria para Execução de Serviços: PES Nº 2/2021/SETC, de 21 de janeiro de 2021, e PES Nº 5/2021/SETC, de 18 de fevereiro de 2021.

**RECOMENDAÇÕES:** *Face ao exposto ao longo do documento, recomenda-se ao Gestor da Fundação Renascer do Estado de Sergipe – RENASCER, que adote as providências administrativas e legais cabíveis para:*

- a) Encerrar o Contrato nº 01/2019, celebrado com a empresa Montenegro Terceirização e Serviços EIRELI-ME relativo ao fornecimento de mão de obra terceirizada de socioeducadores 1 e 2, bem como educadores de medidas socioeducativas, em função da realização e execução do PSS, que se encontra na 11ª. Convocação ao Edital 03/2019;*
- b) Promover concurso público para o preenchimento dos postos de trabalho especificados no Contrato nº 07/2018 com a empresa Montenegro Terceirização e Serviços EIRELI-ME cujo prazo legal já excedeu;*

- c) *Cessar a prática da celebração de Contratos em Regime de Emergência, aplicando-o quando de fato houver a necessidade e não por falta de planejamento;*
- d) *Observar com rigor as possíveis práticas de indicação/recomendação de amigos e parentes junto às empresas terceirizadas, tendo em vista que tal procedimento gera uma dependência da Gestão com as referidas empresas;*
- e) *Rever a concomitância de funções desenvolvidas por um baixo quantitativo de agentes públicos/servidores como direção e coordenação, dentre outras atividades.*

*Considerando a análise documental, bem como as visitas técnicas à luz da legislação pertinente a finalidade da Fundação e todos os demais dispositivos legais em vigor, conclui-se que há uma premente necessidade de revisão nas práticas contratuais de serviços terceirizados desde o planejamento, elaboração e execução dos editais, até as indicações para contratações e nomeações dos colaboradores.*

## **II – AUDITORIA NA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SSP – CONTRATO DE ALIMENTAÇÃO.**

**OBJETIVO:** *Analisar a execução do contrato N° 040/2013 celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP e a empresa Nutriserv Alimentação e Serviços Ltda.*

Portaria para Execução de Serviços: PES N° 15/2021/SETC, de 23 de junho de 2021.

**CONCLUSÃO:** Em análise.

## **III – AUDITORIA NA SERGIPE GÁS S/A - SERGAS.**

**OBJETIVO:** *Fiscalização de contratos e análise das demonstrações financeiras da Companhia.*

Portaria para Execução de Serviços: PES N° 17/2021/SETC, de 23 de junho de 2021.

**CONCLUSÃO:** Em análise.

### **2.3.3 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

A Tomada de Contas Especial é um processo, com rito próprio, em que se analisa, inicialmente, a regularidade na guarda do patrimônio público e aplicação deste, posteriormente, caso verificada a existência de danos ao erário, registrada a data de ocorrência do fato e a identificação dos responsáveis, assegurando ao processo, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Além da análise das prestações de contas acima citadas, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Estado - PGE, Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social – SEIAS e da Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe - FUNCAP, participa da TCE – Tomada de Contas Especial para apurar responsabilidades por possível ocorrência de dano à administração pública e a obtenção do respectivo ressarcimento, constantes da relação a seguir:

**TOMADA DE CONTA ESPECIAL - EM ANDAMENTO:**

1. Tomada de Contas Especial, Convênio com a Associação Comunitária Resplandecer de Moradores e Amigos do Povoado Cabrita (RESPLANDECER) e Convênio com a Associação Brejograndense de Criadores de Abelhas e Artesãos (ABECA), Portaria Conjunta SEIAS/SETC/PGE nº 11/2020 de 27/10/2020, publicada no DOE nº 28.538 no dia 03/11/2020, prorrogada pela Portaria Conjunta Nº 09/2021, de 01 de fevereiro de 2021, publicada no DOE nº 28.599 no dia 03/02/2021.

Representante da SETC - Maria de Fátima dos Santos.

2. Tomada de Contas Especial, Convênio SICONV nº 77189/2012 firmado entre a Fundação Cultural Palmares e a então Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania - SEDHUC, Portaria Conjunta SEIAS/SETC/PGE nº 14/2020 de 17/12/2020, publicada no DOE nº 28.571 no dia 21/12/2020.

Representante da SETC – Rita de Cácia Souza Melo.

3. Tomada de Contas Especial, Convênio nº 14/2010, Associação Cultural Zabumbambus, Portaria Conjunta FUNCAP/SETC/PGE nº 009/2021, publicada no DOE nº 28.606 em 12/02/2021.

Representante da SETC - Kayran Lopes Freire.

## 2.4 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

### 2.4.1 TRANSPARÊNCIA ATIVA

Com o objetivo de ampliar cada vez mais a Transparência Ativa da Gestão Governamental, o Governo de Sergipe promove, continuamente, a inserção de novos conteúdos de informações dos atos e fatos da Administração Estadual, disponibilizados no **Portal da Transparência de Sergipe**, no endereço eletrônico: [www.transparencia.se.gov.br](http://www.transparencia.se.gov.br), em cumprimento as determinações legais, em especial à Lei Complementar Federal n. 131, de 27 de maio de 2009.



### 2.4.2 TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Com o advento da Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº. 12.527/2011, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a SETC/SE vem acompanhando, diariamente, o atendimento dos pedidos de informações apresentados aos Órgãos e às Entidades da Administração Estadual, por meio do Serviço Eletrônico de Atendimento ao Cidadão - e-Sic, com o objetivo de proteger a gestão estadual e, por outro lado, assegurar a prevalência do interesse público, garantindo o livre acesso às informações demandadas pela sociedade.



## 2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

### 2.5.1 APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria Geral do Estado - OGE, órgão da Estrutura Administrativa do Estado de Sergipe, criada pela Lei nº 8.496, de 28 de dezembro de 2018, subordinada diretamente ao Secretário de Estado da Transparência e Controle, e ao Governador do Estado, tem por finalidade, com vistas à promoção do exercício da cidadania, receber, encaminhar e acompanhar manifestações, sugestões, reclamações e denúncias dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, em obediência ao Decreto Governamental Nº 40.370 de 30 de abril de 2019, e pedidos de Acesso à Informação, na forma da Lei (Federal) nº 12.527/2011 e demais normas regulamentares, assim como recomendar ações e medidas administrativas e legais contra o exercício negligente ou abusivo de cargos, empregos e funções do Poder Executivo Estadual, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos integrantes da Administração.

O Relatório Estatístico de Atendimentos da OGE, Órgão gerenciador da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, é um importante instrumento para o acompanhamento das ações e serviços prestados pelo Governo do Estado de Sergipe.

Todas as informações contidas neste relatório são oriundas das manifestações apresentadas às ouvidorias setoriais dos Órgãos/Entidades que compõem a referida Rede. O relatório tem como base de referência a análise estatística das manifestações registradas através do Sistema SE-OUV.

Atualmente a Rede de Ouvidorias é composta por 45 unidades de ouvidorias setoriais, que representam 100% dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

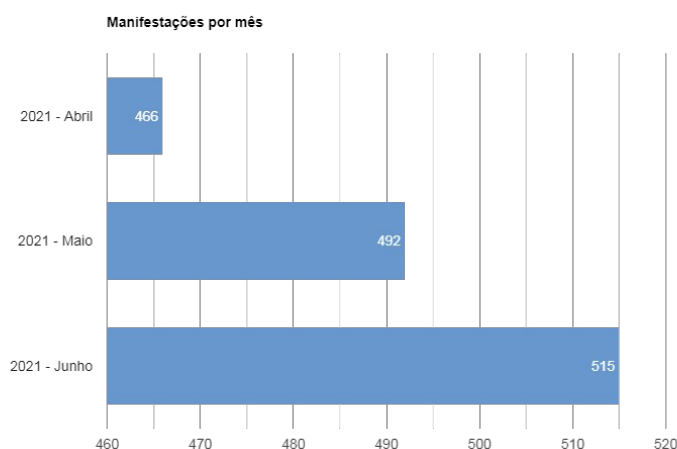
Este relatório, portanto, sintetiza a almejada transparência da Administração Pública, oferecendo informações estratégicas para os gestores e dados objetivos para o controle social e o incentivo à participação popular, favorecendo a prática de uma gestão democrática, na medida em que dá significado e valor a cada manifestação registrada, tomada como contribuição para a melhoria de adoção de políticas públicas e qualificação da prestação de serviços.

### 2.5.2 ATIVIDADES DESEMPENHADAS

O presente relatório apresenta gráficos relacionados aos atendimentos realizados pela Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, que utilizam o Sistema SE-OUV como ferramenta de comunicação oficial para o recebimento das manifestações de ouvidoria e dos pedidos de Acesso à Informação/LAI, demandados pelos cidadãos/usuários.

#### ***Gráfico 1 – Manifestações por mês***

O **gráfico 1** demonstra o número de manifestações apresentadas por mês. Entre os dias 01 de abril a 30 de junho do corrente, os cidadãos/usuários registraram **1.473 manifestações** junto ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual (SE-OUV). No mês de abril foram realizados **466** registros, em maio **492**, e em junho **515** manifestações.

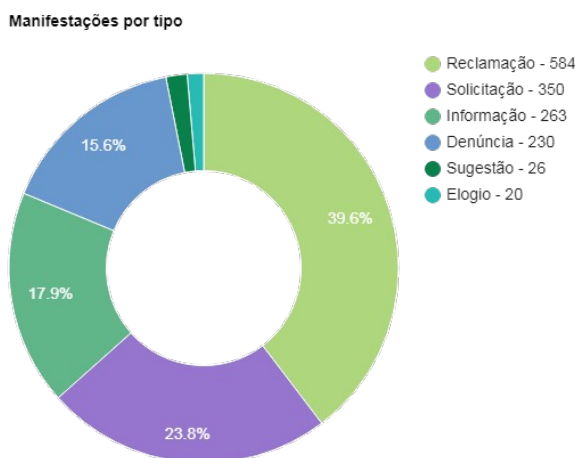


*Fonte: Sistema SE-OUV*

**Gráfico 2 – Por Tipo de Manifestação**

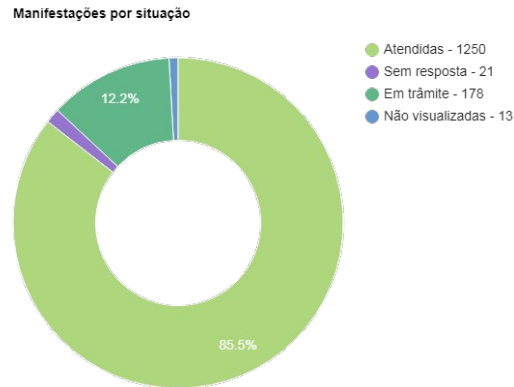
Conforme o **gráfico 2**, a tipologia que apresentou o maior número de manifestações entre 01 de abril a 30 de junho foram as reclamações com **584** registros, representando (39.6%) das demandas.

Com relação as outras tipologias, foram realizadas **350** solicitações que representaram (23.8%), **263** pedidos de Acesso à Informação/LAI (17.9%), **230** denúncias (15.6%), **26** sugestões (1.8%) e **20** elogios (1.4%).



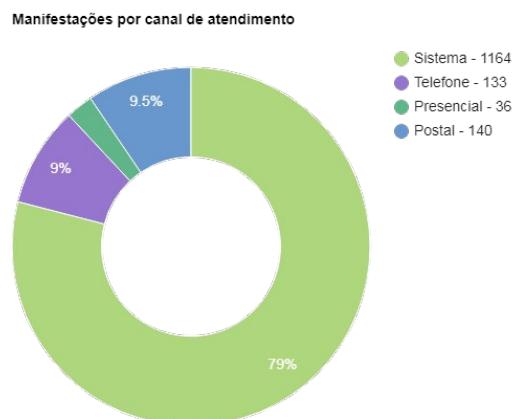
**Gráfico 3 – Por Situação da Manifestação**

Com relação aos atendimentos das manifestações, o **gráfico 3** aponta que os cidadãos realizaram **1.473** manifestações, dessas, **1.250** apresentam o status de *Atendidas*, representando (85.5%) de resolutividade nos atendimentos, **21** estão com status *Sem Resposta* (1.4%), **178** dessas manifestações encontram-se com status *Em Trâmite* (12.2%), e **13** delas ainda não foram visualizadas pelos órgãos/entidades (0.9%).



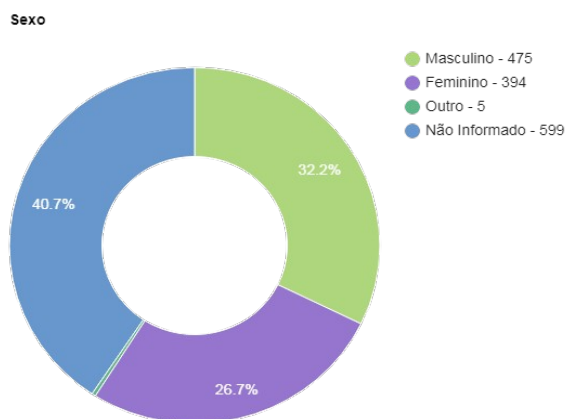
**Gráfico 4 – Por Canal de Atendimento**

Conforme se apresenta no **gráfico 4**, o canal de atendimento mais utilizado pelos cidadãos/usuários foi a Internet/Sistema. **1.164** manifestantes realizaram cadastro no sistema SE-OUV para envio de suas manifestações, representando (79%) dos atendimentos de ouvidoria. **133** cidadãos realizaram sua manifestação através do telefone, o que representa (9%) dos atendimentos. **36** atendimentos foram realizados presencialmente (2.4%), e **140** atendimentos foram realizados através de meio postal (9.5%).



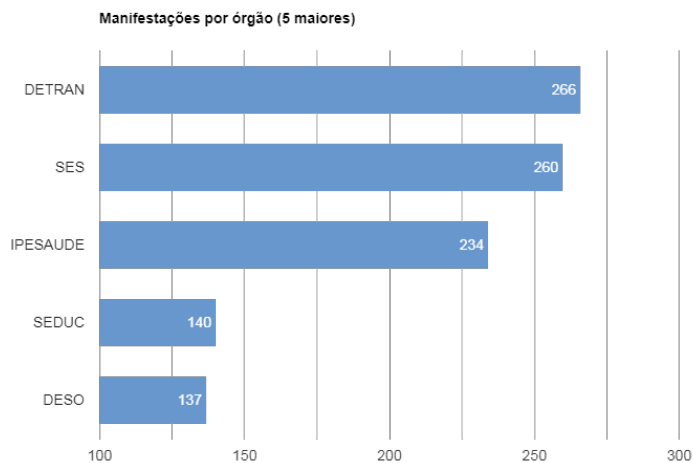
**Gráfico 5 – Por Gênero**

Quanto ao perfil dos manifestantes por gênero, o **gráfico 5** mostra que **475** manifestações foram realizadas por cidadãos/usuários do gênero Masculino, o que representa (32.2%) do público. **394** manifestações foram registradas pelo gênero Feminino, representando (26.7%) das manifestações. **599** manifestações foram realizadas por público Não informado, o que representa (40.7%) dos registros, e **5** demandas foram realizadas por pessoa física opção Outro, que equivale a (0.3%).



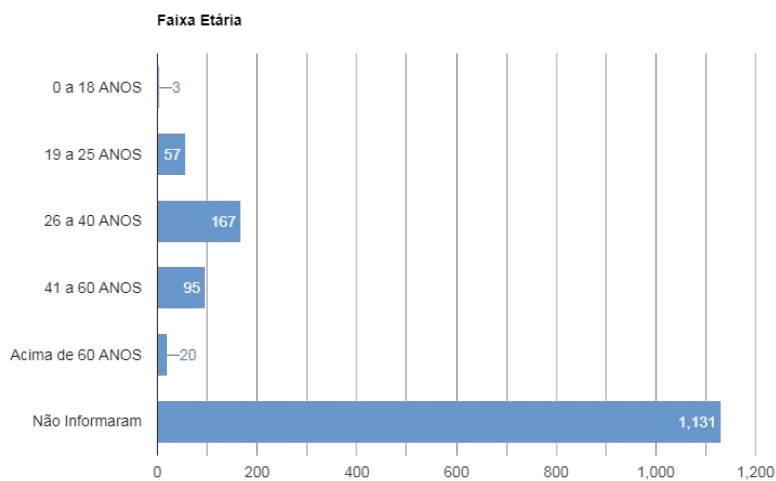
**Gráfico 6 – Por Órgão/Entidade**

No **gráfico 6**, estão representados os órgãos/entidades que foram mais demandados nos meses de abril a junho deste ano. Os 5 (cinco) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual que mais registraram manifestações foram: O DETRAN com **266** das manifestações, a SES com **260**, o IPESAÚDE com **234** dos registros, a SEDUC com **140**, e a DESO com **137** manifestações.



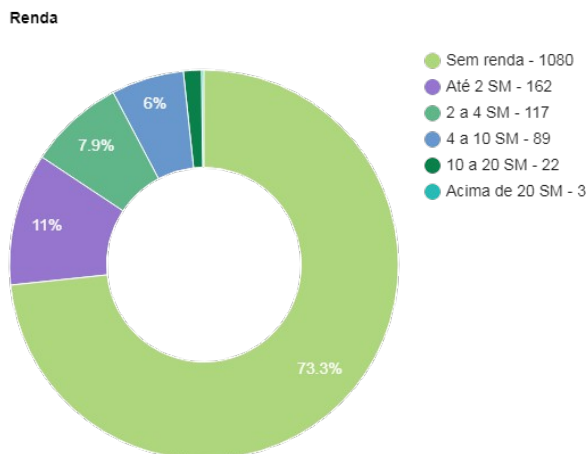
***Gráfico 7 – Por Faixa etária***

Quanto à faixa etária dos manifestantes, o **gráfico 7** mostra que **1.131** usuários preferiram não informar a idade. Dos usuários que informaram, **3** tinham idade entre (0 a 18 anos), **57** de (19 a 25 anos), **167** manifestantes tinham de (26 a 40 anos), **95** de (41 a 60 anos) e **20** dos manifestantes estão acima dos (60 anos).



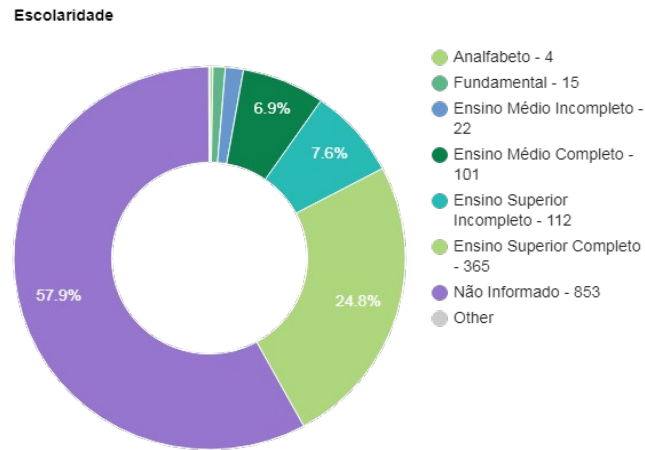
**Gráfico 8 – Por Renda**

Com relação a renda dos manifestantes, o **gráfico 8** mostra que, **1.080** dos usuários declararam não possuir renda, o que equivale a (73.3%) dos manifestantes. **162** informaram receber até dois salários (11%), **117** recebem de dois a quatro salários (7.9%), **89** recebem de quatro a dez salários (6%), **22** informaram receber de dez a vinte salários (1.5%) e **3** recebem acima de vinte salários-mínimos (0.2%).



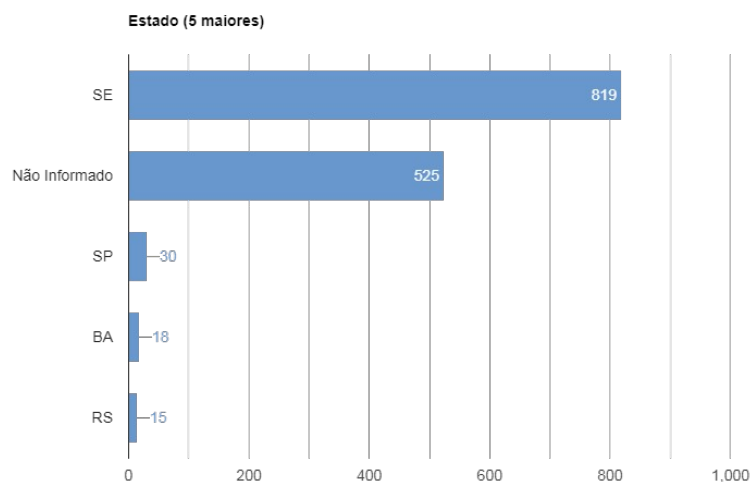
**Gráfico 9 – Por Nível de Escolaridade**

O **gráfico 9** demonstra o nível de escolaridade dos cidadãos/usuários que utilizaram a Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual. **853** dos manifestantes não informaram sua escolaridade, o que representa (57.9%). Observa-se no gráfico abaixo que o público que informou seu nível de escolaridade, prevalecem os usuários com Ensino Superior Completo com **365** registros (24.8%), com Ensino Superior Incompleto são **112** (7.6%), Ensino Médio Completo foram **101** (6.9%), Ensino Médio Incompleto foram **22** (1.5%), Ensino Fundamental foram **15** (1%) e analfabetos **4** (0.3%).



***Gráfico 10 – Por Ente Federativo***

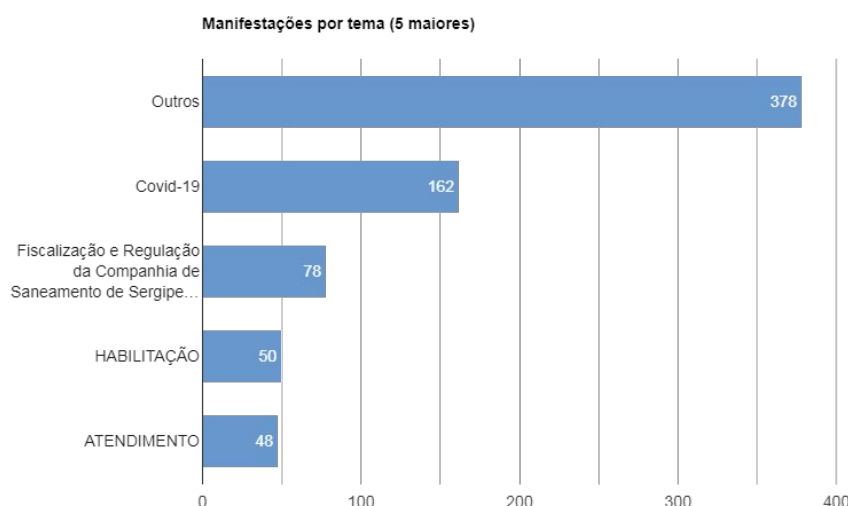
O **gráfico 10** apresenta os entes federativos que mais demandaram o Sistema SE-OUV. **819** dos manifestantes são do Estado de Sergipe, **525** preferiram não informar sua localização, **30** são oriundos de São Paulo, **18** são da Bahia, e **15** do Rio Grande do Sul.



### ***Gráfico 11 – Por Tema (5 temas mais Demandados)***

O **gráfico 11** revela os temas mais apontados pelos usuários. Observa-se que a opção **Outros** destaca-se com um quantitativo superior aos demais, pois no sistema não existe a obrigatoriedade do preenchimento do ‘Tema’, atendendo orientação do Tribunal de Contas do Estado – TCE.

A opção **Outros** aparece com **378** manifestações dos mais variados temas, seguida pelo tema COVID-19 com **162** manifestações. Com **78** manifestações aparece o tema Fiscalização e Regulação da DESO, com **50** o tema HABILITAÇÃO, que compete ao DETRAN. E para finalizar, o tema ATENDIMENTO, também relacionado ao DETRAN.



## **2.6 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL**

O Poder Executivo Estadual estabeleceu a Secretaria de Estado de Transparência e Controle – SETC como o Órgão Central de Controle Interno. Para tanto, a SETC como Órgão central, deve articular o conjunto de Órgãos e Entidades, funções e atividades de forma integrada, para coordenar, orientar e desempenhar as atribuições de controle interno, formando o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, conforme indicado na Constituição.

Neste sentido, a SETC definiu no seu planejamento estratégico, a seguinte diretriz: “Incrementar o sistema de controle interno do poder executivo estadual, implementando e desenvolvendo as Unidades Setoriais de Controle Interno - USCIs nos Órgãos e Entidades, para desempenhar as atividades e mecanismos de controle interno em cumprimento e determinação constitucional, consolidar o sistema de controle interno, promover o acompanhamento, orientação e avaliação das ações governamentais, melhorar o intercâmbio de informações, a efetividade das políticas públicas, transparência, proteção da gestão e do patrimônio público estadual”.

## **2.6.1 EXECUÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC**

No intuito de aprimorar e buscando sempre a eficiência administrativa vem-se promovendo o devido desenvolvimento das ações da Unidade de Controle Interno da SETC, onde se busca por meio de mecanismos internos promover tais atividades. Com base nesses parâmetros pode-se citar algumas atividades realizadas por esta Unidade Setorial de Controle Interno.

### **2.6.1.1 AUDITORIA INTERNA NOS PROCESSOS DE PAGAMENTOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

A unidade de controle interno tem como um dos objetivos auxiliar o gestor, planejando e controlando as atividades da organização por meio da função de auditar o processo de pagamento, qual o prazo para execução e de que maneira deve ser feito, autenticidade dos documentos constantes no processo, bem como a legalidade na tramitação do mesmo para que atenda aos princípios que regem a administração pública. Esse processo é dinâmico, uma vez que busca assegurar a sinergia entre os recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, objetivando o cumprimento da missão e visão do Setor Administrativo.

A auditoria interna tem em sua finalidade compreender e realizar as análises, levantamentos e comprovações, perfazendo, em sua estrutura, uma avaliação da integridade e, eficácia, eficiência nos processos de pagamento buscando o cumprimento dos seus objetivos.

Outrossim é válido mencionar que esta Unidade Setorial de Controle Interno realiza periodicamente a devida auditoria interno em todos os processos de pagamentos das despesas da referida Secretaria.

### **2.6.1.2 FOMENTAR E ADERIR AO PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO (PNPC)**

O Programa Nacional de Combate à Corrupção (PNPC), é uma iniciativa executada pelas redes de controle da gestão pública, que em Sergipe tem o Fórum de Combate à Corrupção (FOCCO) como representante local, já está em curso e que no dia 27 de maio de 2021 as organizações públicas tiveram acesso à Plataforma quando se inicia a fase de autoavaliação das próprias organizações com a geração dos respectivos planos de ação para posteriormente serem implementadas as ferramentas e componentes, etapa esta que contou com o apoio das redes locais.

O PNPC integra as ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla 2021 (Ação 9) e conta com o apoio de instituições nacionais como o Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da União, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, (CNPTC), a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), o Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o Instituto Rui Barbosa (IRB). Aqui em Sergipe, o Programa integra uma das ações do FOCCO com a participação dos órgãos que o compõem.

O PNPC visa à implementação por todas as organizações públicas do país de boas práticas de controle e prevenção à corrupção. São cerca de 18 mil organizações públicas em todos o país, sendo 286 em Sergipe.

A partir dessa avaliação, a plataforma gera um plano de ação para a implementação das melhorias, tendo os próprios gestores como agentes de mudança e incremento de boas práticas, com uma integração entre gestores e controles internos e externo.

Com as medidas implementadas, espera-se o fortalecimento das estruturas de prevenção à corrupção nas organizações públicas do país a partir da disseminação de condutas éticas e de integridade e redução de níveis de fraude e corrupção a patamares similares a outros países que possuem baixos índices de corrupção.

Ressalta-se que a Secretaria de Estado da Transparência e Controle por meio do secretário /gestor que participou do lançamento no estado do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), no canal do Youtube da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (Ecojan/TCE-SE), e a unidade setorial de controle interno da pasta ver com bons olhos a iniciativa em comento para ser implantado e trabalho para visando aprimorar o combate a corrupção, e buscando o aprimoramento das ações a USCI da SETC vem se reunindo periodicamente para que se possa atender a todos os requisitos e parâmetros do Programa Nacional De Prevenção À Corrupção – PNPC dentro da realidade da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, como também buscamos fomentar, incentivar e auxiliar os demais órgãos e entidades que fazem parte do corpo administrativo do Governo Estadual de Sergipe.

Outrossim, visando o fortalecimento do sistema de Controle Interno e, em consequência, aperfeiçoar o Controle Interno da Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC por meio do núcleo de planejamento e controle, como também fortalecer o planejamento, proteger a gestão e o patrimônio público estadual, bem como manter a eficiência administrativa, assegurado a e eficácia na aplicabilidade dos recursos públicos, a transparência governamental e ainda fomentar e aprimorar práticas que visem o combate a corrupção no Governo Estadual de Sergipe.

### **2.6.1.3 CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO COM O INTUITO DE ELABORAR REGULAMENTOS, NORMATIVOS, CARTILHAS, MANUAIS RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO**

No que às atividades desenvolvido pelo controle interno da Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, com o intuito de padronizar, regular e criar normas de rotinas no bojo de suas atividades internas foi criado o Grupo de Trabalho Técnico instruída pela portaria nº07/2021, de abril de 2021, publicada no Diário Oficial de 05 de abril de 2021, que tem por finalidade criação Grupo de Trabalho Técnico da secretaria estadual da transparência e controle – SETC, instituído para através de estudos e pesquisas, elaborar regulamentos, normativos, cartilhas, manuais relacionados às atividades de controle interno no âmbito do executivo estadual pelo período de 01 de abril de 2021 a 31 de dezembro de 2021, estabelecido portaria nº 07/2021, visando estabelecer critérios de avaliação, monitoramento e verificar à efetividade dos controles internos implantados nos órgãos e entidades governo do estado.

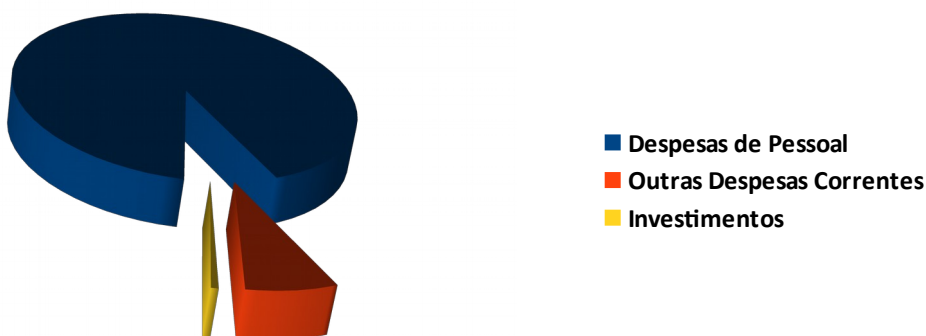
Vale salientar que o Grupo de Trabalho Técnico ora mencionado é formado por servidores lotados na Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, e são eles, Ageu Joventino Gois Nascimento, presidente, Carlos Burmes Nascimento Conceição, Marcelo Leite Barreto, Gleide Pacheco de Andrade e que o mencionado grupo técnico realiza reuniões periódicas, e até o presente momento o referido grupo vem trabalhando em suas pautas algumas minutas de instruções normativas, que tratam especificamente de fluxograma de despesas da SETC, fluxograma para o Portal da Transparência e minuta de Instruções Normativas sobre Unidades Setoriais de Controle Interno – USCIs, integrantes do Sistema Estadual de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, vale trazer a baila que o trabalho realizado pelo grupo instituído é acompanhado por meio de relatório emitido mensalmente que demonstram o trabalho realizado, denominado RELATÓRIO MENSAL DE ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADE DE GRUPO DE TRABALHO TÉCNICO DA SECRETARIA ESTADUAL DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – SETC.

Tais medidas visam ainda mais incorporar, fomentar, fortalecer e normatizar as atividades de controle interno para que se possa prestar um serviço cada vez mais eficiente, moral, ético e probo.

### **3 GESTÃO DA SETC**

#### **3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2021**

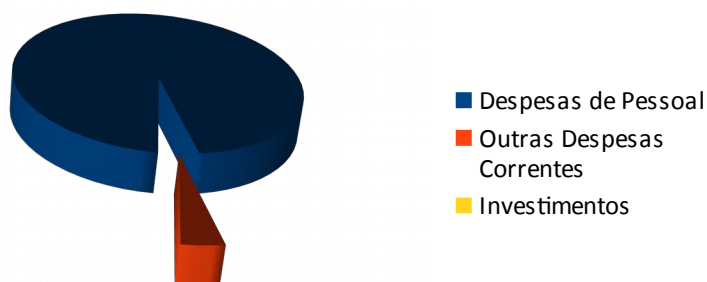
Para o exercício 2021, a Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 8.819, de 14 de janeiro de 2021, fixou as despesas para Secretaria de Estado da Transparência e Controle, no montante de R\$ 3.270.000,00, assim distribuídos:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

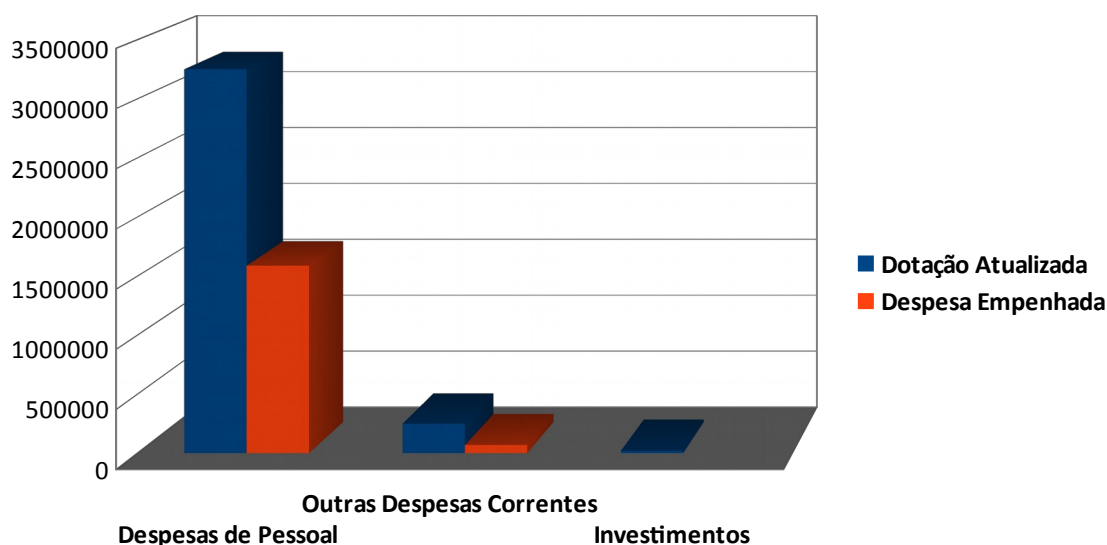
Quanto aos créditos adicionais, no segundo trimestre não houve suplementação de créditos.

Durante o período de 1º de abril a 30 de junho de 2021, as despesas orçamentárias empenhadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle alcançaram o valor de R\$ 836.241,33 (oitocentos e trinta e seis mil duzentos e quarenta e um reais e trinta e três centavos), perfazendo o montante até o trimestre no valor de R\$ 1.656.082,74 (um milhão e seiscentos e cinquenta e seis mil e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos) que corresponde a aproximadamente 50,64% da Dotação Orçamentária atualizada e estão demonstradas no gráfico a seguir:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

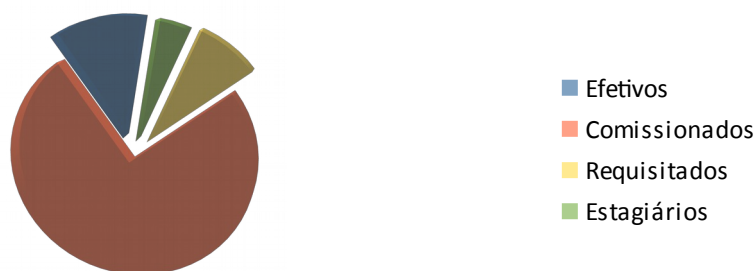
A relação entre a Dotação Orçamentária Atualizada e a Despesa Empenhada está configurada no gráfico abaixo:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

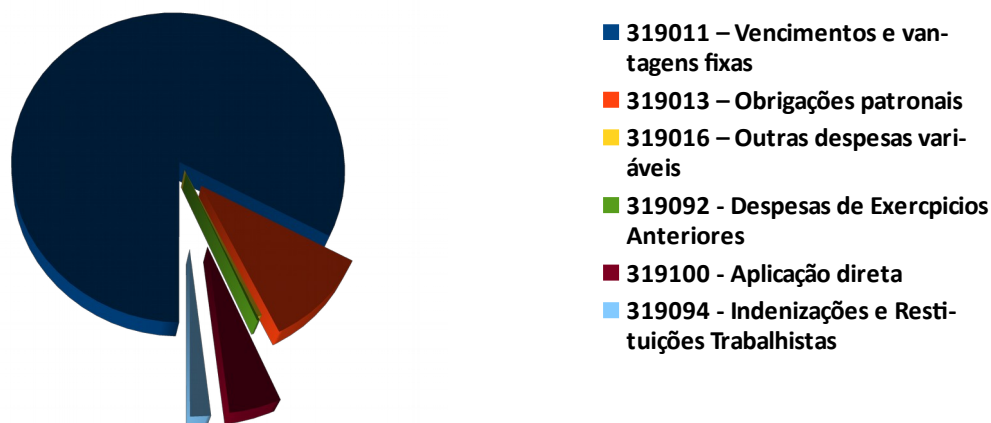
### 3.2 PESSOAL E ENCARGOS

O quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle é composto por 49 servidores, cuja distribuição está demonstrada na estatística de evolução do gráfico a seguir:



Fonte: RH/SETC

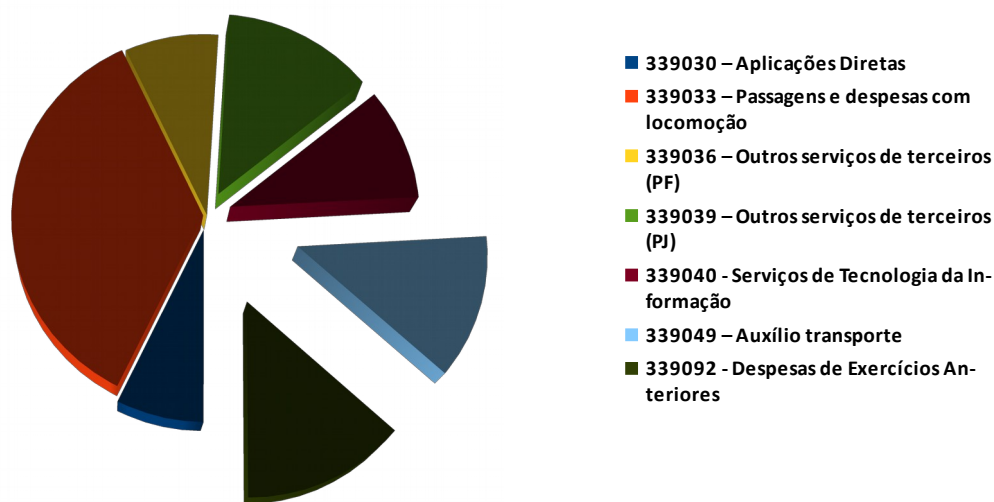
A despesa empenhada com pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, durante o segundo trimestre, alcançou o montante de R\$ 798.557,25 (setecentos e noventa e oito mil quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e cinco centavos) perfazendo o montante no exercício de R\$ 1.586.575,13 (um milhão e quinhentos e oitenta e seis mil quinhentos e setenta e cinco reais e treze centavos) e que correspondem a aproximadamente 48,52% da Dotação Orçamentária atualizada e está consignado nos elementos de despesas demonstrados no gráfico abaixo:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

### 3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS

Além disso, no âmbito do custeio desta Casa de Controle Interno, durante o período de abril a junho de 2021, alcançou o montante de R\$ 37.684,08 (trinta e sete mil seiscentos e oitenta e quatro reais e oito centavos) perfazendo no exercício o montante de R\$ 69.507,61 (sessenta e nove mil quinhentos e sete reais e sessenta e um centavos), que representam a aproximadamente 2,13% da dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrados no gráfico a seguir, que confirma o momento de contenção de despesa da Administração Estadual:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

### 3.4 TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO

Compete ao Núcleo de Transparência e Modernização - NTM planejar, executar, acompanhar e propor soluções modernas na área de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, avaliações e/ou monitoramento dos portais de transparência dos órgãos e entidades do Estado de Sergipe.

Para execução das competências atribuídas, o NTM conta com as seguintes áreas: Área de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, Área de Suporte e Infraestrutura e Área de Avaliação e Monitoramento de Portais.

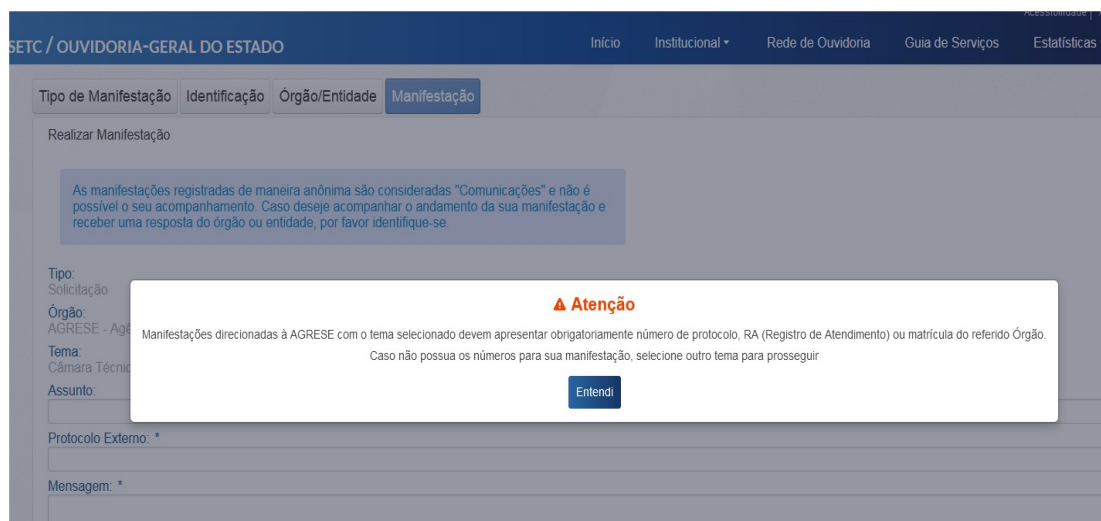
### 3.4.1 ÁREA DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS

Esta área é responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas elaborados por esta Secretaria, bem como prestar um serviço de apoio e suporte aos usuários que utilizam os mesmos. Para realização destas atividades contamos com um efetivo de 2 profissionais para dar suporte a três sistemas de categorias distintas: *Transparência Estadual, Ouvidoria Geral, Comunicação e Painel de Monitoramento*.

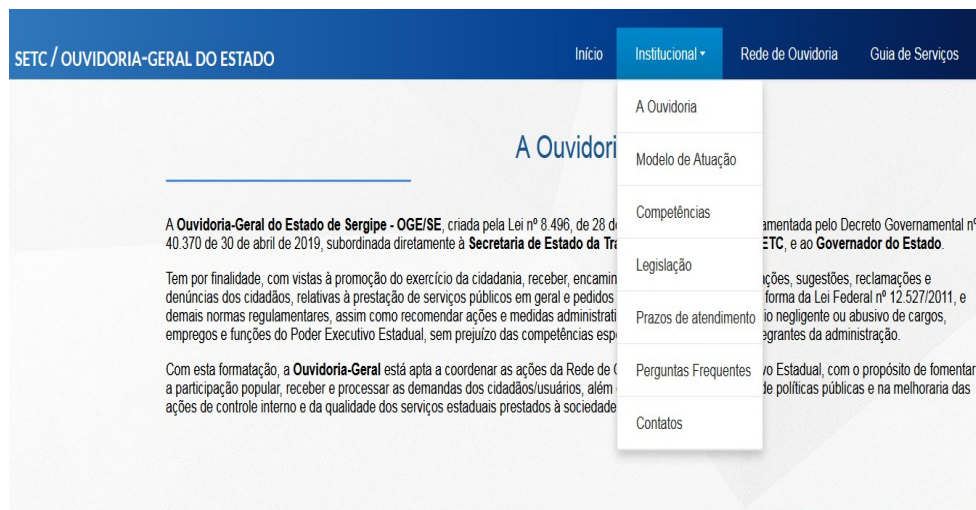
Foram realizadas as seguintes atividades no segundo trimestre de 2021:

#### 1. Manutenção no sistema se-Ouv:

**1.1** Melhoria no módulo de solicitação de manifestações, implementado um número de protocolo externo, para as manifestações oriundas de reclamações da DESO.



#### 1.2 Inclusão de uma página com informações da Ouvidoria Geral no sistema.



1.3 Alteração no módulo de solicitação de manifestação, visando melhorias na maneira de Anexar arquivos no sistema.

1.4 Melhoria no módulo de Gerenciamento de responsáveis, possibilitando que a Ouvidoria-Geral possa atualizar o nome do Responsável.

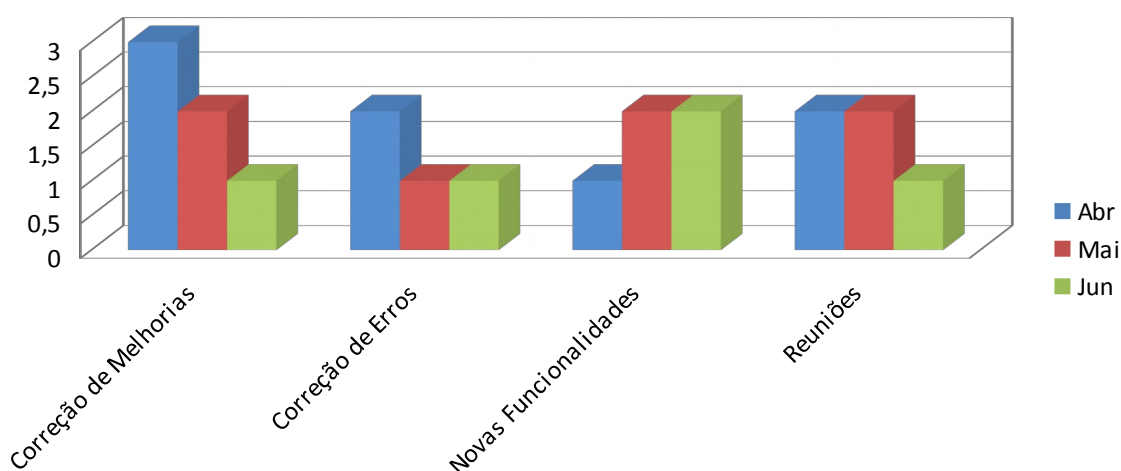


2. Criação do novo site da SETC:



Resumo das atividades realizadas no segundo trimestre.

<b>Atividade</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Total</b>
Correção de Melhorias	3	2	1	6
Correção de Erros	2	1	1	4
Novas Funcionalidades	1	2	2	5
Reuniões	2	2	1	5
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>20</b>

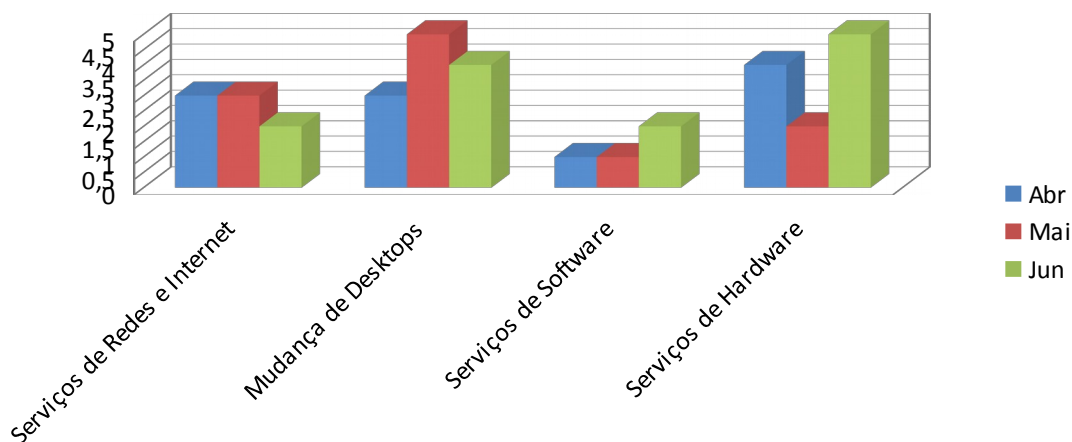


### **3.4.2 ÁREA DE SUPORTE E INFRAESTRUTURA**

Esta área é responsável pela manutenção e utilização da internet, disponibilidade dos serviços de TI, segurança (vírus), manutenção e configuração dos equipamentos de informática, bem como a especificação de equipamentos e peças para reposição. Para realização destas atividades, a SETC conta com 2 (dois) profissionais.

Atividades realizadas no segundo trimestre de 2021.

<b>Atividades</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Total</b>
Serviços de Redes e Internet	3	3	2	8
Mudança de Desktops	3	5	4	12
Serviços de Software	1	1	2	4
Serviços de Hardware	4	2	5	11
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>35</b>



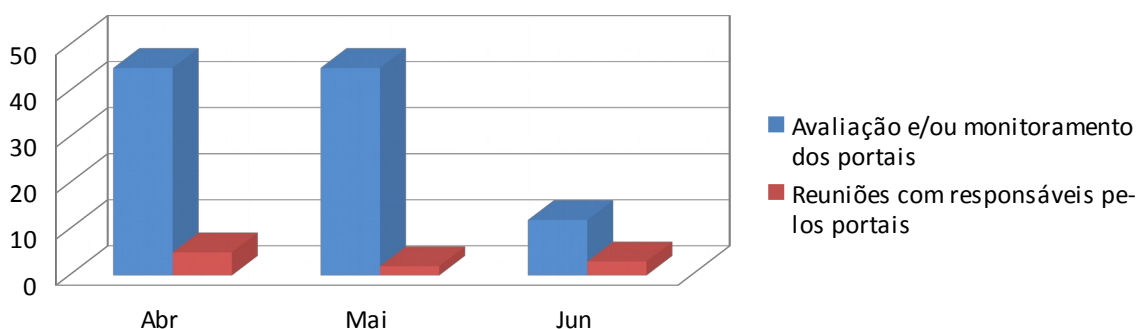
### 3.4.3 ÁREA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

Esta área tem a responsabilidade de acompanhar e monitorar os portais de transparência dos órgãos e entidades do poder executivo, com o objetivo de ampliar e melhorar a disponibilidade das informações ofertadas à sociedade e conseqüentemente um aumento nas notas recebidas pelo TCE.

Realiza constantes reuniões com os responsáveis pelos portais de transparência, com o intuito de orientar os mesmos na padronização do sítio e dirimir as eventuais dúvidas quanto à origem e confiabilidade das informações disponibilizadas.

Atividades realizadas no segundo trimestre de 2021

Atividades	Abr	Mai	Jun	Total
Avaliação e/ou monitoramento dos portais	45	45	12	102
Reuniões com responsáveis pelos portais	5	2	3	10
Total	50	47	15	112



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2021

A seguir, serão apresentados os resultados das avaliações periódicas dos portais da transparência distribuídos entre órgãos da administração direta e indireta do Estado, mediante relatório de avaliação individualizado seguindo os parâmetros da Orientação Técnica nº 01/2019/TCE/SE.

ÓRGÃO	NOTA TCE 2020	NOTA SETC 2021					
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
ADEMA	7,7	6,9	9,8	9,8	9,6	9,8	9,6
AGRESE	9,4	9,9	9,7	9,2	8,7	9,2	9,4
BANESE	8,3	9,3	9,3	9,3	9,2	9,3	9,3
CEHOP	9,8	10	10	10	10	10	10
CODISE	9,7	10	9,4	10	10	9,8	10
COHIDRO	9,8	9,1	9,6	9,6	9,6	9,6	9,6
CBM	9,8	6,8	8,5	9,3	9,3	8,8	9,3
DEFESA CIVIL	8,1	9,9	9,9	9,9	9,9	9,5	7,8
DER	9,4	9	8,8	8,6	8,8	8,8	9,5
DESO	9	8,5	8,5	8,2	8,8	8,4	8,4
DETRAN	9,7	9,7	8,8	9,2	9	9,2	9,7
EMDAGRO	8,4	8,9	9,2	9,2	9,6	9,6	9,8
EMGETIS	10	7,6	8,8	9,8	9,8	9,8	9,8
EMSETUR	9,2	8,7	8,7	8,9	8,5	9,9	10
FAPITEC	7,8	10	8,8	8,5	10	10	10
FSPH	8,1	9,4	9,4	9,4	8	8	8,2
FUNCAP	9,2	9,4	9,5	9,8	10	8,6	9,5
F RENASCER	9,7	8,8	8,1	7,6	6,5	9,4	9,6
FUNESA	9,1	8,8	8,7	9,5	8,6	9,1	9,5
HPM	8,3	8,4	7,8	7,8	9,9	9,9	9,2
IPESAUDE	8,9	9,6	9,4	9,8	9,8	9,9	9,6
ITPS	9,1	8,4	10	8,9	8,9	8,4	9,4
JUCESE	10	10	10	10	9,8	10	10
PM	8,6	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8
PGE	9,8	10	10	10	10	10	10
PRONESE	10	10	8,6	8,6	8,6	9,9	9,6
SEAD	9,8	10	10	10	10	10	10
SEAGRI	10	9,9	9,9	9	9,5	9,9	9,9
SEDETEC	10	10	10	10	10	9,6	9,8
SEDUC	10	9,3	9,6	9,8	9,6	9,6	9,6
SEDURBS	8	9,8	9,8	10	10	9,6	9,6
SEFAZ	8,6	8,3	9,6	9,6	9,4	8,9	9,4
SEGG	9,4	9,2	9,9	9,9	9,9	9,7	9,4
SEGRASE	7	6	7,7	6,3	6,5	7,1	6,7
SEIAS	9,9	10	10	10	10	10	9,8
SEJUC	9,7	9,5	9,2	9,9	9,7	9,1	9,9
SERGÁS	9	7,5	7,9	8,6	6,4	6,4	7,1
SERGIPE PREVIDÊNCIA	9,2	6,3	8,4	7,7	7,5	8	7,5
SES	10	9,5	9,7	9,7	9,7	8,4	9,3
SETC	9,5	10	10	10	10	10	10
SETUR	9,7	10	9,6	10	9,8	10	10
SSP	9	9,7	9,5	9,3	9,3	9	9,5
VGE	9,5	7,5	7,5	7,5	7,9	7,5	8,4

### 3.5 OUVIDORIA SETORIAL

Foram atendidos/respondidos aos questionamentos e demandas recebidas pela Ouvidoria Setorial junto à SETC no total de 13 (treze) atendimentos, feitos através do portal [www.se-ouv.se.gov.br](http://www.se-ouv.se.gov.br), de forma ágil, transparente e eficaz.

Em síntese, o relatório se propôs a demonstrar as atividades finalísticas realizadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, em cumprimento às competências legalmente atribuídas, considerando o atual cenário de pandemia do novo coronavírus e as medidas de enfrentamento e prevenção ao COVID-19.

Aracaju/SE, 29 de julho de 2021.



SHEILA FEITOSA MACEDO  
Superintendente Executiva



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

**SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

Página:1 de 1

1. Ciente, em 30 de julho de 2021.
2. Autorizo a remessa deste Relatório Trimestral ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para fins de atendimento às disposições das Resoluções nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº 226/2004, e nº. 306/2017.

Aracaju, 30 de julho de 2021

Alexandre Brito de Figueiredo  
Secretário(a) de Estado